

**Comissão Parlamentar de Inquérito à Celebração de Contratos
de Gestão de Risco Financeiro por Empresas do Sector Público**

37.^a Reunião
(22 de outubro de 2013)

SUMÁRIO

O Sr. Presidente (Jorge Lacão) deu início à reunião às 15 horas e 20 minutos.

Após uma intervenção inicial, o Sr. Dr. Paulo Frederico Agostinho Braga Lino [ex-2.º Diretor Administrativo e Financeiro da Metro do Porto, no período de julho de 2006 a junho de 2011] prestou esclarecimentos aos Srs. Deputados Mariana Mortágua (BE), Adão Silva (PSD), Ana Catarina Mendonça (PS), João Pinho de Almeida (CDS-PP) e Bruno Dias (PCP).

O Sr. Presidente encerrou a reunião eram 18 horas e 57 minutos.

O Sr. Presidente (Jorge Lacão): — Srs. Deputados, está aberta a reunião.

Eram 15 horas e 20 minutos.

Srs. Deputados, temos hoje connosco o Sr. Dr. Paulo Frederico Agostinho Braga Lino, ex-2.º Diretor Administrativo e Financeiro da Metro do Porto, no período de julho de 2006 e junho de 2011, a quem saúdo em nome da Comissão.

Como é sabido, foi o Dr. Braga Lino que teve a iniciativa, através de um ofício que dirigiu a esta Comissão, de manifestar a sua disponibilidade para colaborar nos nossos trabalhos.

Fui informado de que o Sr. Dr. Braga Lino deseja fazer uma intervenção inicial, a qual será posteriormente acompanhada de uma apresentação em *PowerPoint*.

Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Paulo Frederico Agostinho Braga Lino (ex-2.º Diretor Administrativo e Financeiro da Metro do Porto, no período de julho de 2006 a junho de 2011): — Sr. Presidente, antes de mais, gostaria de agradecer as palavras simpáticas que me dirigiu.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Começo por registar a oportunidade que, para mim, esta ocasião representa de poder, em sede própria, com base na informação de que disponho e dentro dos limites de responsabilidade e atribuições que me eram conferidos à época, esclarecer toda a temática sobre as operações de gestão de risco de taxa de juro celebradas pela Metro do Porto entre julho de 2006 e junho de 2011, período durante o qual fiz parte da equipa que assegurou a direção

administrativa e financeira da empresa, nas suas diferentes vertentes — recursos humanos, gestão corrente, patrimonial, contabilística e de financiamento.

Esta ocasião representa também a oportunidade de clarificar a situação da empresa naquela fase, de contextualizar o momento, ou o período, em que as decisões de financiamento foram tomadas, os diferentes níveis de decisão e de responsabilidade existentes, bem como de procurar identificar os procedimentos então adotados.

Representa ainda a possibilidade de explicar toda a minha participação nos processos em causa e, simultaneamente, de poder tentar reduzir os danos reputacionais que me foram causados por tão injusta quanto injustificada campanha após a minha saída do Governo.

Permitam-me que, sem prejuízo de esclarecer todas as questões que possam ser entendidas como convenientes e, sobretudo, pertinentes, mantenha o registo que habitualmente pratico, que é o de relatar factos, dispensando-me de considerações adicionais sempre que entenda não poderem as mesmas contribuir para o cabal esclarecimento daqueles mas, antes, para perturbar o normal e pleno entendimento dos mesmos.

Gostaria de deixar uma nota sobre o projeto Metro do Porto.

O projeto Metro do Porto, na prática iniciado em 1998 com a celebração do contrato de projeto, construção, equipamento e operação do sistema de metropolitano ligeiro da Área Metropolitana do Porto, sofreu inúmeras alterações e extensões, visando tornar a rede inicialmente prevista num sistema abrangente e destinado a melhor satisfazer as necessidades das populações da Área Metropolitana do Porto,

De um contrato com um valor inicial global de cerca de 860 milhões de euros, a que correspondiam quatro linhas e 68 km, dos quais 41 km em via simples, passámos para um sistema com idêntica extensão mas

integralmente em via dupla e com um valor global de investimento superior a 2,5 mil milhões de euros.

Não sendo o âmbito de discussão da presente Comissão, dispensar-me-ia de enumerar ou identificar exaustivamente todas as alterações, sempre estando disponível para algum breve esclarecimento que os Srs. Deputados possam, eventualmente, solicitar e que eu me sinta capaz de prestar.

Passo a referir-me à situação do financiamento até julho de 2006.

Sem prejuízo do mérito das alterações introduzidas — a duplicação das Linhas Verde (para a Maia) e Vermelha (para a Póvoa de Varzim), numa extensão superior a 40 km; o prolongamento da Linha Amarela (para Vila Nova de Gaia); a extensão ao Estádio do Dragão aquando do Euro 2004, entre outras —, tais alterações originaram um sobre-esforço inicialmente não previsto e não antecipado, para o qual não terá sido possível assegurar a manutenção de uma estrutura de financiamento similar à inicialmente desenhada e na qual se previa uma comparticipação de verbas a fundo perdido superior a 50% do investimento.

Com uma progressiva degradação da estrutura de financiamento da empresa registou-se a criação de uma situação potencialmente explosiva e insustentável: um aumento do investimento; uma redução da comparticipação comunitária; e um praticamente inexistente suporte financeiro do Estado face às decisões que o próprio Estado vinha tomando ao nível do investimento.

Em julho de 2006, a Metro do Porto estava face a uma situação de iminente rutura financeira, havendo muita obra por realizar e, sobretudo, muita obra realizada por pagar.

Esta era a situação com que nos deparámos no momento em que houve a reformulação da estrutura interna da empresa e se preparava a

transição para a nova equipa responsável pela gestão do Departamento Administrativo e Financeiro.

Ao nível da conjuntura nacional e internacional, diria que às progressivas restrições anteriormente referidas associou-se um momento de mercado no qual as entidades financeiras nacionais não se manifestavam dispostas a apoiar o projeto ou, quando o faziam, tendencialmente apresentavam soluções de curto ou médio prazos, claramente desajustadas das necessidades da empresa.

Por contrapartida, e até meados de 2007, apesar do excesso de liquidez sentido no mercado financeiro internacional, à contratação de financiamento de mais longo prazo estava normalmente associada, numa primeira fase, a prestação da garantia da República e, numa segunda fase, a contratação de operações de gestão de risco de taxa de juro.

Refiro, a propósito, que o limite estabelecido nas bases da concessão para a concessão de garantia da República à empresa se encontrava esgotado desde 2005, intensificando-se, assim, a utilização de linhas de financiamento de curto prazo. De 17 milhões de euros de passivo financeiro de curto prazo em 2004, passou-se para 285 milhões de euros em 2005. A limitação referida — concessão de garantia da República — manteve-se até final de 2008, momento de alteração das referidas bases da concessão.

Neste contexto, tendo as sucessivas administrações da empresa entendido dar cumprimento às orientações tutelares para a realização de novos investimentos, admito que outra alternativa não houvesse que não fosse a de encontrar em mercado financiamento capaz de assegurar o cumprimento das orientações e dos projetos contratados.

Ao nível da organização do Departamento Administrativo e Financeiro, como já tive oportunidade de referir, em 2006, e na sequência

da conclusão e entrada em serviço da quase totalidade da primeira fase de execução do sistema de metro ligeiro, foi reformulada a estrutura interna da empresa, passando a haver uma estrutura de direção com um primeiro e um segundo responsáveis com atribuições próprias, sem prejuízo de uma hierarquia departamental perfeitamente definida e resultante de diretivas internas produzidas pela Administração da empresa.

Ao nível do Departamento Administrativo e Financeiro, e sem descurar a referida hierarquia, a divisão de responsabilidades assentou na atribuição ao primeiro responsável do departamento, reconhecido professor universitário e especialista, da gestão da área de financiamento (que, por simplicidade de expressão, identificaria por financiamento estratégico, estrutural ou de médio e longo prazos) e ao segundo responsável — eu próprio — de toda a gestão corrente do departamento (tesouraria, administrativa, recursos humanos e património).

Não obstante a divisão existente, facilmente demonstrável e largamente documentada, refiro que o Departamento Administrativo e Financeiro não tinha, nem nunca veio a ter durante aquele período, qualquer responsabilidade na definição da política de financiamento da empresa, cabendo esta, como melhor poderei explicar adiante, à Administração da sociedade.

Apesar da alteração das bases da concessão e da estrutura acionista da empresa em 2008, da qual resultou a concentração na mesma pessoa das funções de Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, no período aqui em análise — 2006-2011 — a matriz decisória na Metro do Porto não sofreu alteração expressiva.

No que se refere à delegação de competências da Administração sobre as direções formalmente constituídas, manteve-se, entre abril de 2008 e junho de 2011, rigorosamente a situação que antes se verificava:

inexistência de qualquer descentralização ou delegação de competências de decisão a nível hierárquico inferior ao da Comissão Executiva.

Assim, tanto quanto é do meu conhecimento em relação a outros departamentos, independentemente da natureza da contratação a realizar, todas as operações, adjudicações, aquisições, contratos e outros compromissos tinham que ser, invariavelmente, autorizados e aprovados pela Comissão Executiva e, em algumas situações, pelo Conselho de Administração. Esclarecendo, não tinham os diretores da empresa qualquer competência para assumir compromissos em nome da sociedade.

Como forma de garantir o escrupuloso cumprimento deste procedimento, jamais algum pagamento poderia ser realizado sem a prévia aprovação de algum dos membros da Administração da empresa, sendo o Departamento Administrativo e Financeiro, na subárea por mim coordenada, responsável pelo controlo e garantia da execução desta política.

No caso específico do Departamento Administrativo e Financeiro, muito para além das normais e correntes adjudicações, aquisições e contratos — estando estes, repito, na minha esfera de responsabilidade —, de todas as propostas e negociações encetadas com entidades financeiras, das quais eu tenha tomado conhecimento e que não tenham sido, à partida, rejeitadas, era dado conhecimento à Administração da Metro do Porto, designadamente no momento em que lhe era submetido o resultado das análises realizadas sobre aquelas mesmas propostas ou soluções de financiamento.

Permitam-me referir que, repetidamente, foram formalmente apresentadas à Administração da empresa as necessidades de financiamento resultantes dos orçamentos e planos de atividade por aquela

aprovados, às quais se associava pedido expresso de autorização para a realização de consultas junto de entidades financeiras a operar no mercado.

Por maioria de razão, todas — repito, todas — as soluções de financiamento que não foram à partida rejeitadas foram tecnicamente analisadas e submetidas a discussão, avaliação e decisão dos órgãos de Administração da sociedade.

Não obstante eu jamais ter participado em qualquer Conselho de Administração da Metro do Porto, reuniões houve em que participou o 1.º Diretor Financeiro, e responsável pela área de financiamento, aí apresentando as soluções submetidas a decisão e explicando o racional subjacente à sua análise, conforme consta das atas de reunião do referido Conselho de Administração.

Pela sumária descrição de procedimentos que aqui apresentei bem se pode aferir o nível decisório em vigor na empresa no período em que integrei a Direção Financeira, de julho de 2006 a junho de 2011.

De forma séria e inequívoca poder-se-á concluir que, ao contrário do que tem sido veiculado, nunca fui administrador da Metro do Porto e nunca poderia ter aprovado, celebrado ou assinado qualquer contrato desta ou de qualquer outra natureza. Repito: não aprovei, não celebrei e não assinei qualquer contrato de financiamento ou de outra natureza em nome da Metro do Porto.

Relativamente aos instrumentos financeiros derivados, procurarei referir-me, neste momento, à atividade e operações de gestão de risco contratadas entre julho de 2006 e junho de 2011.

Em qualquer circunstância, entendo ser da maior relevância referir que, apesar de ter feito parte da Direção Financeira da empresa entre julho de 2006 e junho de 2011, e por isso mesmo só me poder pronunciar sobre o ciclo referido, nesse período apenas foram aprovadas contratações de novas

operações — que não sejam reestruturações — entre julho de 2006 e julho de 2009, como adiante melhor poderei explicar. A partir desta última data, ou seja, de julho de 2009, não foi contratada qualquer nova operação.

De forma sumária, entre julho de 2006 e julho de 2009, poderemos resumir a atividade nesta área da seguinte forma: nove operações originais contratadas, com oito operações de financiamento associadas; valor do financiamento global contratado e associado – 952 milhões de euros; dezenas de entidades financeiras consultadas; inúmeras entidades financeiras proponentes; sete entidades financeiras contratadas.

Nas operações contratadas e que acompanhei — refiro-me, naturalmente, apenas a estas — sempre existiu o designado *matching* entre os valores dos financiamentos e os valores dos contratos de derivados que lhes estavam associados.

Adicionalmente, para o período em que integrei a Direção Financeira da Metro do Porto, de julho de 2006 a junho de 2011, e para operações nas quais intervim, nunca existiu a contratação original de qualquer estrutura de derivado que não tivesse financiamento novo associado. De igual modo, e para as mesmas operações que acompanhei, sempre se garantiu o ajustamento da maturidade dos financiamentos às estruturas de derivado que lhes estavam associadas.

A política de gestão do risco financeiro, segundo a interpretação seguida pelo 1.º Diretor Financeiro responsável por esta área de atividade, e devidamente descrita nos relatórios e contas da empresa desde 2008, assentou na proteção dos *cash-flows* associados às operações, como forma de redução dos encargos financeiros resultantes do elevado volume de endividamento.

Sem prejuízo desta orientação, desde o ano de 2007 que na Metro do Porto se iniciou a reestruturação de operações anteriormente celebradas

sobre as quais, naquele momento, foi entendido poder obter-se melhor performance, isto é, reduzir o custo de financiamento subjacente aos contratos respetivos, mitigar os riscos associados ou sobre as quais se procurou melhor proteger os interesses da empresa.

Falo, obviamente, de uma gestão ativa da carteira de dívida da empresa num contexto de investimento crescente, a que anteriormente me referi e num momento de mercado bem conhecido.

Por uma questão de seriedade intelectual e credibilidade técnica, diga-se que a pura descontextualização de uma ou outra operações de uma carteira global onde se insiram mais não pode senão conduzir a análises distorcidas e a raciocínios enviesados e indutores de erróneas conclusões.

Refira-se, a propósito, que aquela visão — gestão ativa da carteira de dívida e reestruturação de operações antes contratadas — estava alinhada com a orientação recolhida no relatório emitido pelo Tribunal de Contas em outubro de 2006, o qual, relativamente à operação *plain vanilla* contratada em 2003, referia, e cito: «Diligencie no sentido da reavaliação das opções ao nível do regime de taxa de juro fixa acordada com o BEI e ao nível do *swap* de taxa de juro referente ao contrato de *leasing* operacional», que era o *swap*, o *plain vanilla* de que falei.

Na sequência desta orientação, é celebrada a primeira operação de reestruturação, contratada em janeiro de 2007. Sobre esta operação e as restantes celebradas até final de 2007, a Inspeção-Geral de Finanças, no ponto 3 do Sumário Executivo seu Relatório emitido em dezembro de 2008, escreve que «o resultado das operações de *swaps* de taxa de juro tem-se refletido positivamente nos resultados» e, no ponto 2.3.3 do mesmo documento, e cito, «A análise ao benefício obtido com o conjunto dos *swaps* acima identificado, parece confirmar, para o exercício de 2007, uma estratégia eficaz na cobertura do risco de taxa de juro».

Mais adiante, no ponto 8 das Conclusões do documento, é referido, a propósito do agravamento dos encargos financeiros em 2007, e cito, que «Esse agravamento só não atingiu maiores proporções pelo facto de a Metro do Porto ter apurado um benefício financeiro relativo a operações de cobertura de risco de taxas de juro que ascendeu a 6 787 000 euros».

Explicado que fica o racional subjacente às contratações das primeiras operações de derivados após julho de 2006, refiro que aquela prática — reestruturação de operações para a redução do custo de financiamento — se manteve, pelo menos, até junho de 2011, podendo, de forma resumida, registar-se: cinco operações originais reestruturadas, diversas entidades financeiras consultadas, diversas entidades financeiras proponentes e seis entidades financeiras contratadas.

Independentemente de todas as comunicações realizadas pela empresa sobre estas operações, não obstante a aparente não obrigatoriedade legal em o fazer, como anteriormente referi, a partir do exercício de 2008, e nos relatórios e contas da sociedade, passou-se a uma divulgação mais extensa da política de gestão do risco de taxa de juro, bem como dos impactos potenciais que as operações contratadas poderiam acarretar.

Já mesmo em 2007, a própria Certificação Legal de Contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas fazia expressa referência a tais operações, bem como ao valor dos financiamentos àqueles associados, à época, cerca de 536 milhões de euros.

Não poderá, pois, ninguém invocar que, em relação à Metro do Porto, não era conhecida a situação: órgãos de gestão, órgãos de fiscalização internos e externos, entidades tutelares, ou todas as restantes entidades com quem a Metro se relaciona ou relacionava.

Todas estas divulgações constam dos relatórios e contas oportunamente submetidos e unanimemente aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

Sempre houve, pois, a preocupação de divulgação desta informação, sendo que a partir do exercício de 2010, todos os impactos passaram a ter relevação nas contas de resultados ou no balanço da empresa, segundo a classificação contabilística atribuída a cada uma das operações em vigor.

Como bem se compreenderá, desconheço se esta foi a prática seguida por todas as entidades públicas e privadas que detinham em carteira operações de idêntica natureza. Esta foi, repito, a prática adotada pela Metro do Porto a partir de 2008.

Quanto ao período pós-2009, já em 2009, e após a contratação da então última operação (julho de 2009) tive oportunidade de defender o fim da realização de operações desta natureza, na sequência das profundas e anteriormente imprevisíveis alterações que os mercados financeiros registavam, não sem que com alguma divergência pontual sobre o tema.

O facto é que, após esse momento — Julho de 2009 — não existiu nenhuma outra contratação original de instrumentos financeiros derivados.

A este propósito, recordo mesmo o documento por mim subscrito já em maio de 2011, e no âmbito de análise de propostas de financiamento recebidas pela empresa, no qual se considerou, e cito: «A operação sem garantia do banco X — *Schuldschein* mais *swap* — obriga à realização de uma operação de *swap*, tomando esta hipótese menos interessante do que as restantes».

Ainda em 2009, e na sequência das profundas e, até então, inimagináveis alterações ocorridas nos mercados financeiros, tive oportunidade de iniciar o processo de proposta de contratação de assessoria financeira especializada internacional para as renegociações e

reestruturações em avaliação. Também sobre esta matéria, sobre a qual tanto se tem recentemente falado e escrito, estou particularmente à vontade.

Não foi agora, ou recentemente, mas há já quase quatro anos que o propus e que tal se concretizou com resultados bastante favoráveis e visíveis para a empresa,

Admito mesmo que estes resultados pudessem ter sido ainda mais expressivos caso tivesse sido aprovada a proposta de contratação desta entidade e desta assessoria, submetida à Administração da Metro do Porto igualmente em 2011, para reestruturação de outra operação.

Fazendo referência à dificuldade expressa nos relatórios e contas da empresa, a partir do ano de 2008, de validação dos valores apresentados pelas contrapartes das operações — hoje comumente designados por perdas potenciais e, sublinho, potenciais — e considerando a reserva dos auditores externos nas contas de 2010, propus, já em maio de 2011, a contratação de entidade independente especializada na avaliação de operações da natureza das celebradas.

Permito-me referir e relevar o facto de a entidade então proposta e posteriormente contratada ser entidade independente, internacionalmente credível e especializada na avaliação deste tipo de instrumentos, devidamente certificada e previamente validada pela empresa internacional responsável pela auditoria às contas da Metro do Porto.

As avaliações obtidas com esta contratação, de acordo com os dados constantes do Relatório e Contas de 2010, permitem identificar uma diferença para as avaliações apresentadas pelas contrapartes — entidades financeiras — da ordem dos 30%, repito, à data de 31 de dezembro de 2010.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Permitam-me alguns breves comentários ou interrogações sobre a muita desinformação que tem sido

veiculada pelos mais diversos atores que sobre este tema têm falado e/ou escrito.

Iniciaram a abordagem ao tema falando de *swaps*. Sucessivamente foram ajustando a qualificação das operações, passando a operações de risco, operações de alto risco, operações especulativas, operações altamente especulativas e, por fim, produtos tóxicos. Pergunto: haverá alguma lógica ou intenção deliberada para esta evolução qualificativa?

Natural e compreensivelmente, desconheço, em absoluto, o racional para o fecho, já concretizado, de algumas operações, bem como a comparação entre perdas potenciais a prazo e perdas reais imediatas, resultantes desse mesmo fecho. Por essa mesma razão, não posso, ou não devo, pronunciar-me ou fazer juízos valorativos sobre tais decisões.

Da mesma forma, desconheço o racional para a definição dos critérios de classificação das operações, por quem foram definidos, e qual a base para a atribuição de tal classificação.

Uma referência, ainda, para os sucessivos ajustamentos de informações sobre as operações e suas valorizações. Pergunto: seria totalmente despropositado compreender o racional-base e poder aferir da comparabilidade entre relatórios sucessivos?

A descontextualização e a pretensa análise de operações de forma isolada, sem uma visão integrada no contexto das carteiras em que se inserem e com as quais, necessariamente, se têm de articular, mais não pode senão conduzir a conclusões enviesadas, distorcidas e, por isso mesmo, indutoras de raciocínios precipitados e tecnicamente questionáveis.

Como resumo final deixaria ou repetiria algumas ideias base sobre o processo das operações realizadas e o enquadramento em que as mesmas foram feitas: nove operações originais contratadas, realizadas entre julho de 2006 e julho de 2009; primeira renegociação/reestruturação realizada em

Janeiro de 2007 (há, pois, já cerca de sete anos); início do apoio externo especializado em reestruturações em março de 2010, com início de negociação em julho de 2009 (há, pois, já quase quatro anos); início da avaliação externa independente da carteira de derivados em julho de 2011, registando-se igualmente:

a) Necessidade de financiamento de investimentos decididos pelo Estado sem o suporte financeiro assegurado;

b) Atribuição da responsabilidade pelo financiamento dos projetos à empresa, traduzida numa desorçamentação recorrente, contrariamente ao atualmente previsto no Plano Estratégico dos Transportes, aprovado em outubro de 2011;

c) Esgotamento do *plafond* de garantia da República durante vários anos, o que necessariamente gerou uma dificuldade acrescida de financiamento;

d) Indisponibilidade da banca nacional para financiamento estrutural de médio e longo prazos;

e) Inviabilidade para encontrar soluções de financiamento na banca internacional para maturidades aceitáveis, sem contratação de instrumentos financeiros derivados associados.

Este era o cenário. Este era o enquadramento no qual foi necessário encontrar alternativas para submeter à decisão dos órgãos de gestão da Metro do Porto.

Termino, pois, como comecei esta minha intervenção: esta é uma boa oportunidade para esclarecer o envolvimento, que tão apregoado tem sido, que tive nas operações celebradas pela Metro do Porto, bem como a responsabilidade que tantos, e de tantas formas, me têm procurado imputar.

É igualmente a oportunidade para se esclarecer que, no que à Metro do Porto diz respeito (e, Sr. Presidente, este, penso que é um dos temas da

Comissão de Inquérito) e tanto quanto é do meu conhecimento, não existem nenhuma irregularidades processuais, muito menos ao nível da análise técnica realizada, no que diz respeito ao escrupuloso cumprimento dos procedimentos internos estabelecidos e à prestação de informação completa, transparente e rigorosa aos órgãos de decisão da empresa, que sobre ela, válida e unanimemente, deliberaram.

Espero, como não podia deixar de ser, que esta Comissão sirva do melhor modo possível para salvaguardar o bom nome e a honorabilidade de todos os que, como eu, assumindo as suas responsabilidades, dando o seu melhor e sabendo colocar-se no seu devido lugar, se sentiram injusta e lamentavelmente atacados por tão tremenda campanha de desacreditação.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado. Vou pedir-lhe uma versão da sua intervenção para podermos fazê-la chegar aos Srs. Deputados.

Srs. Deputados, é agora o momento de colocarem as vossas questões e vamos começar pela Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Mariana Mortágua (BE): — Sr. Presidente, dou as boas vindas ao Sr. Dr. Braga Lino nesta Comissão.

Há uma pergunta que importa fazer sobre um assunto que é importante esclarecer antes de passarmos a outros temas e que diz respeito, obviamente, à sua demissão do cargo de Secretário de Estado.

A minha pergunta é muito clara e muito direta: qual foi a razão apresentada para ter sido demitido do cargo de Secretário de Estado?

O Sr. Presidente: — Sr. Doutor, tem a palavra.

O Sr. Dr. Paulo Frederico Agostinho Braga Lino: — Sr.^a Deputada, muito obrigada pela colocação dessa questão, que é, de facto, relevante e penso que a poderei esclarecer com alguma facilidade.

No momento em que esta questão se colocou e começou a ser debatida, acompanhei, naturalmente, o processo, como facilmente imaginará, e entendi, em determinado momento, porque tenho este hábito de colocar sempre, em todas as circunstâncias, à frente do meu interesse pessoal o interesse das organizações para as quais trabalho, neste caso a minha participação no Governo, que muito me honrou e da qual muito me orgulho, e entendi, também neste caso, colocar à frente do meu interesse pessoal o interesse do País, neste caso, o interesse do Governo e, se quisermos, o interesse do Ministério da Defesa Nacional.

Assim, entendi que não fazia sentido estar numa situação em que, ao invés de se discutir as reformas que estavam a ser lavadas a cabo no Ministério da Defesa — que eram muitas e, tanto quanto tenho acompanhado, continuam em curso e algumas delas são novas, de resto — entendi, pois, que não fazia sentido permanecer no Governo correndo o risco de, a partir desse momento, se ficar a discutir a figura do Secretário de Estado ao invés de se discutir, de forma séria, de forma credível e de forma equilibrada, as reformas que estavam em curso no Ministério da Defesa Nacional.

Nesse sentido, pareceu-me, uma vez mais e repito, que o interesse, em primeira instância, do Ministério da Defesa Nacional e, por maioria de razão, do País, estaria necessariamente acima do meu interesse pessoal, ainda que, de um ponto de vista estritamente pessoal, pudesse ser mais confortável e mais agradável ter permanecido no Governo. Esta foi a minha decisão.

O Sr. Presidente: — Sr.^a Deputada, tem a palavra.

A Sr.^a Mariana Mortágua (BE): — Dr. Braga Lino, está a relatar-me as suas razões para aceitar essa demissão, o que continuo sem perceber é se a decisão de sair do Governo foi sua, em primeiro lugar, ou se houve uma comunicação, por parte do Sr. Ministro ou de alguém do Governo que lhe indicou que seria afastado do seu cargo.

Portanto, não lhe pergunto quais as razões que teve para aceitar ou não aceitar — já lá iremos —, estou a perguntar-lhe quem tomou a iniciativa relativamente à sua demissão do cargo de Secretário de Estado do Ministério da Defesa.

O Sr. Presidente: — Dr. Braga Lino, faça favor.

O Sr. Dr. Paulo Frederico Agostinho Braga Lino: — Sr.^a Deputada, talvez não tenha sido muito explícito.

A questão aqui não se trata de aceitar ou não; trata-se de uma posição pessoal e de entender que esta, repito, era a melhor forma de defender os interesses do País, do Governo e do Ministério da Defesa Nacional.

Naturalmente que não revelarei o teor de quaisquer conversas pessoais que tenha tido sobre o tema, mas, desde o primeiro momento em que esta questão foi abordada — repito, desde o primeiro momento em que esta questão foi abordada — que me manifestei integralmente disponível para sair. E manifestei esta intenção de sair pela simples razão de que, repito, não queria que se estivesse a discutir a minha figura — ou, naquele momento, a figura do Secretário de Estado — e queria, sim, que se discutissem verdadeiramente as reformas que estavam em curso.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Mariana Mortágua (BE): — Sr. Dr. Braga Lino, o que interessa aqui é compreender se foi ou não afastado do Governo e, caso isso tenha acontecido, se foi justificado pelos contratos *swap* que assinou na Metro do Porto, ou se foi por qualquer outro motivo.

O que importa aqui perceber é se foi ou não afastado, se saiu por sua livre e espontânea vontade, e se a razão do seu afastamento do cargo de Secretário de Estado está relacionado com o facto de ter assinado contratos *swap* na empresa Metro do Porto.

Pergunto-lhe isto porque foi essa a razão que levou ao afastamento de outros antigos gestores de empresas públicas, pelo que há aqui um padrão.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Paulo Frederico Agostinho Braga Lino: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada, vou referir três pontos.

Primeiro ponto: talvez eu não tenha sido absolutamente explícito na minha intervenção inicial, mas disse (e posso voltar a ler, se a Sr.^a Deputada assim o entender) que não celebrei, não assinei, não contratei nenhuma espécie de operação na Metro do Porto.

Portanto, à pergunta, feita por duas vezes pela Sr.^a Deputada, sobre se fui afastado porque assinei contratos *swap*, respondo: eu não assinei nenhum contrato *swap* — sejamos rigorosos com as palavras — e esta é a pura verdade.

Segundo ponto: eu quando saio dos lugares, sejam eles quais forem, não necessito de ser empurrado, e, portanto, ninguém me afastou — esta

questão é para mim muito importante. E eu, desde a primeira hora, repito, manifestei, mais do que disponibilidade, interesse em sair, para não prejudicar o andamento das reformas que o Governo estava a levar a efeito.

Há muitas matérias, muitos temas, muitas reformas que este Governo está a levar a efeito — e hoje já não falarei, mas na altura falava, pelas reformas que estavam em curso na Defesa Nacional, que me parece que eram (e são) de tal maneira importantes que não se compadeciam com desvios de atenção e direcionamento do foco dessa mesma atenção na figura do Secretário de Estado.

Terceiro ponto: a Sr.^a Deputada fala do afastamento de outros gestores públicos. Permita-me, naturalmente, que não faça nenhum comentário sobre essa matéria, porque desconheço em absoluto em que moldes essa questão se desenvolveu.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Mariana Mortágua (BE): — Sr. Dr. Braga Lino, peço desculpa por insistir, mas não estava a pedir um comentário, estava tão-só a informá-lo de que houve outros ex-gestores de empresas públicas que foram afastados e foram-no exatamente por esta mesma matéria que aqui nos traz hoje. Portanto, não é propriamente um questão assim tão extemporânea ou fora de contexto.

Para conclusões desta própria Comissão e do próprio processo, posso concluir, ou não estaria longe ou errada se concluísse, que foi o Dr. Braga Lino que apresentou um pedido de demissão ao Governo, por causa de *swaps* que não assinou. E o pedido de demissão foi apresentado pelo Dr. Braga Lino ao Governo na altura em que esta questão se tornou pública. É esta a conclusão que posso tirar das palavras que aqui trouxe?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Paulo Frederico Agostinho Braga Lino: — Não, não é essa conclusão que pode tirar das palavras que eu aqui trouxe.

A conclusão que pode tirar das palavras que eu aqui trouxe é que eu, desde o primeiro momento, disse que, se fosse entendido conveniente e se esta questão continuasse da forma que estava a ser discutida, seria do meu ponto de vista mais interessante que eu não permanecesse na Secretaria de Estado da Defesa Nacional para não desfocar as atenções das reformas em curso.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Mariana Mortágua (BE): — Sr. Dr. Braga Lino, a questão aqui é esta: uma pessoa ou é demitida ou demite-se. Não existe outro enquadramento para este processo.

Nós podemos dizer: muito bem, não foi demitido, houve interesse em que saísse do Governo. Se é esta a terminologia, podemos adotá-la.

Mas quem é que manifestou, em primeiro lugar, interesse em que o Sr. Dr. Braga Lino saísse do Governo? E quais foram os argumentos apresentados para que esse interesse fosse manifestado?

O que quero perceber aqui, e para que fique claro, é quem é que toma a iniciativa. Se, à semelhança do que aconteceu com outros membros do Governo, houve uma iniciativa por parte do próprio Governo, que manifestou interesse em que o Sr. Dr. Braga Lino deixasse de ser Secretário de Estado, ou se, pelo contrário, a iniciativa foi tomada

voluntariamente pelo Sr. Doutor quando se deu conta da dimensão pública do assunto.

A pergunta é simples: de quem partiu a iniciativa? Quem é que toma a iniciativa deste processo?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Paulo Frederico Agostinho Braga Lino: — Sr.^a Deputada, vou tentar reformular a resposta, para ver se me consigo fazer entender.

Por muito que a Sr.^a Deputada pretenda que eu diga «fui demitido» ou «demití-me», eu digo-lhe: nem fui demitido, nem me demiti.

O Sr. Filipe Neto Brandão (PS): — Se não se demitiu, nem foi demitido?! Então, ainda é membro do Governo!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, deixai o inquirido responder.

O Sr. Dr. Paulo Frederico Agostinho Braga Lino: — A questão é esta: no primeiro momento em que essa questão foi discutida, o que fiz foi manifestar, mais do que a disponibilidade, a minha visão de que não seria útil permanecer no Governo se esta questão se continuasse a discutir porque se iria estar a discutir a minha própria figura ou, enfim, o lugar e o cargo que desempenhava, na altura, de Sr. Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional.

Portanto, nesse primeiro momento, manifestei esta minha visão. E ninguém me disse, a seguir, «saia», nem eu disse, a seguir, «vou sair».

A Sr.^a Ana Catarina Mendonça (PS): — Então?!

O Sr. Dr. Paulo Frederico Agostinho Braga Lino: — O processo foi aquele que decorreu de forma perfeitamente normal. Quando eu entendo que, desta forma, não deveria haver condições para eu continuar, naturalmente a saída do Governo dá-se.

O Sr. Presidente: — Sr.^a Deputada, deseja insistir no tema?

Risos.

A Sr.^a Mariana Mortágua (BE): — Peço desculpa, Sr. Presidente, mas um Secretário de Estado que não é demitido nem se demite, continua em funções. Não há outra conclusão a tirar.

O Sr. Filipe Neto Brandão (PS): — Primeira perplexidade!

A Sr.^a Mariana Mortágua (BE): — Consigo perceber até ao ponto em que o Sr. Dr. Braga Lino diz «se isto correr mal, disponibilizo-me para...» — e há uma manifestação de interesse ou de vontade. Mas daí à decisão ser tomada, alguém tem de tomar a decisão. E essa decisão não acontece naturalmente, não há um dia em que o Sr. Dr. Braga Lino sai da sua sala e não volta.

Risos do PS e do PCP.

Portanto, é um processo formal.

Por isso, gostaria de perceber o seguinte: entre o momento em que o Sr. Dr. Braga Lino diz «caso isto assuma proporções mediáticas, eu

disponibilizo-me para...» e a decisão de saída, de quem é a decisão de saída? É muito simples. A decisão de saída foi tomada por quem?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Paulo Frederico Agostinho Braga Lino: — Sr.^a Deputada, desculpe, mas eu sou muito cartesiano. Tenho este grave problema.

Disse na minha intervenção inicial que relato e reporto factos. E a Sr.^a Deputada, nesta questão que coloca, volta a fazer duas afirmações que não correspondem à verdade. Primeiro, afirma que eu disse «se isto correr mal, então, saio»; ora, eu não disse «se isto correr mal, então saio». Segundo, afirma que eu disse «se isto tomar proporções mediáticas»; ora, eu não disse «se isto tomar proporções mediáticas».

O que eu disse foi: há um processo, falou-se sobre ele, e se o processo, se toda esta questão continuar a ser discutida, entendo que é melhor eu sair. Foi isto que eu disse, não falei em «proporções mediáticas» nem noutras coisas que a Sr.^a Deputada afirmou como se eu tivesse afirmado. Portanto, peço-lhe que não coloque na minha boca palavras que eu não disse.

O que eu disse, e repito, foi: no primeiro momento, entendi — e, naturalmente, esta era a minha visão, não era a visão correta — e manifestei a quem tinha de manifestar no primeiro momento que me parecia conveniente e mais acertado sair para não «contaminar» o Governo, não desfocar a atenção das reformas estruturais que estavam, e estão, a ser levadas à prática e focarem toda a atenção na figura do Secretário de Estado da Defesa Nacional.

Foi isso que eu disse, tão-somente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Mariana Mortágua (BE): — Portanto, posso concluir que manifestou o seu interesse de sair para não «contaminar» a imagem mediática do Governo — é uma imagem pública, pelo que podemos falar em proporções mediáticas ou noutra coisa, mas é essa a ideia.

Não vou insistir. Penso que fica relativamente claro a vontade do Sr. Dr. Braga Lino. Continuo sem perceber, formalmente, como é que esta decisão foi tomada, mas não insisto.

Passando à questão dos *swaps* em concreto, dos contratos, da forma como eles eram decididos, há uma questão que nos preocupa e tem vindo a preocupar e que tem a ver com o seguinte: há um momento em que este assunto se torna público e percebemos a dimensão do problema que temos entre mãos, a dimensão do prejuízo, a complexidade dos contratos feitos. Mas percebemos também que, até esse momento, nada foi feito, apesar de as várias tutelas terem tido algum conhecimento pontual destas contratações.

Assim, a minha pergunta é se, durante o tempo em que estive na empresa Metro do Porto, alguma vez foi comunicado à tutela algum destes contratos, se as várias tutelas estavam ou não a par destas contratações e das suas características.

Uma outra pergunta tem a ver com um despacho de 2009, emitido pelo Sr. Secretário de Estado, que, na altura, pedia às empresas públicas que enviassem uma memória descritiva de todos os contratos de derivados que tinham feito.

A informação que temos, através de um relatório da DGTF, é que essa memória descritiva, no caso da Metro do Porto, não foi encontrada. Portanto, a minha outra pergunta, além da questão sobre quais as formas de

contacto com a tutela, é porque é que não foi enviada informação, ao abrigo do despacho de 2009, que obrigava a que essa informação fosse enviada à DGTF e à tutela.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Paulo Frederico Agostinho Braga Lino: — Sr.^a Deputada, relativamente à questão que a Sr.^a Deputada refere, no início da intervenção, quando fala da «dimensão do prejuízo» (a expressão é da Sr.^a Deputada) e da complexidade dos contratos, recordo aquilo que li há momentos na minha declaração inicial, ao referir que, desde 2008 (e se me permite um parêntesis, desde 2003), portanto, desde 2003 que a Metro do Porto, quando fez o primeiro contrato *swap*, o tal *plain vanilla* de que falei na declaração inicial, colocava no seu anexo às contas uma referência à existência de contratos de derivados, a contraparte, com quem tinha sido celebrado, sobre que contrato é que tinha sido celebrado, e isso era aí colocado.

Em 2007, como também referi na minha declaração inicial, o Sr. Revisor Oficial de Contas colocou na certificação legal de contas uma ênfase em que dizia «a empresa celebrou *x* contratos de cobertura de taxa de juro, ...» — julgo que «cobertura» era a expressão que ele utilizava, mas não estou seguro — «... cujo financiamento subjacente é de cerca de 536 milhões de euros».

Em 2008, a Metro do Porto, por iniciativa própria (e, portanto, no exercício anterior ao despacho a que a Sr.^a Deputada faz referência), entendeu alargar, aumentar, melhorar (porque é natural que os relatórios e contas vão sofrendo melhorias ao longo do tempo) o nível de informação e de detalhe que era prestado. E, em 2008, a Metro do Porto coloca no anexo

às contas uma referência explícita ao justo valor, ou ao que se designa por *mark-to-market*, de todas as operações que tinha contratadas. Fez isso em 2008, fez isso em 2009 e fê-lo, por maioria de razão, em 2010, com a introdução do SNC (Sistema de Normalização Contabilística), em que, aí, de resto, há relevação contabilística. Portanto, fez isto desde 2008.

Relativamente ao despacho a que a Sr.^a Deputada fez referência, o despacho é de 2009 e continha uma série de orientações que deveriam ser cumpridas. Mas, aí, Sr.^a Deputada, tenho alguma dificuldade em falar. E tenho alguma dificuldade em falar porque, como eu também disse na minha intervenção inicial, nunca fui administrador da Metro do Porto, não me relacionava com a tutela, não tenho nenhuma relação com nenhuma das tutelas. Eu preparava informação habilitante para a Comissão Executiva, que, depois, fazia dela aquilo que muito bem entendesse.

Sabíamos a informação que preparávamos também sobre este tema no Departamento Administrativo e Financeiro; sabíamos a informação que era disponibilizada à Administração sobre a carteira de dívida da empresa... eu ia dizer mensalmente, mas não estou absolutamente seguro que tenha sido em todos os meses e, como digo, relato factos, pelo que não quero cometer aqui nenhum erro, mas a informação era prestada à Administração da empresa; se esta a comunicava ou não à tutela, lamento mas disso não tenho conhecimento.

Agora, relativamente ao cumprimento dessas regras, e não querendo reportar-me a anteriores audições, exceto, se for necessário, às duas que tiveram a ver com a Metro do Porto, foi aqui dito, na audição em que foram ouvidos dois ex-Administradores da Metro do Porto, concretamente no período de 2008 a 2012, se eu ouvi bem – e a Sr.^a Deputada fará o favor de me corrigir se eu tiver interpretado e ouvido mal – pela Sr.^a Administradora do pelouro financeiro, que, no entendimento dela própria e do Conselho de

Administração, a Metro do Porto não tinha que reportar à tutela. A Metro do Porto era responsável por prestar informação ao Conselho Fiscal, se me recordo das palavras da ex-Administradora, mas não à tutela.

Portanto, não sei, repito, desconheço, não era administrador, nunca fui, não sou e não sei até que ponto é que essa orientação, essa interpretação, nesse mandato, prevaleceu e se foi ou não seguida. Isso, desconheço, como compreenderá.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Mariana Mortágua (BE): — Dr. Braga Lino, de facto, até 2009 o entendimento foi o de que não havia nenhuma regra que obrigasse ao reporte, mas em 2009 houve um despacho que veio obrigar ao reporte da memória descritiva dos contratos.

Portanto, aqui não há nenhuma dúvida, e não estou a afirmar se foram ou não enviados – aliás, essa era a pergunta que tinha para lhe fazer –, porque, de facto, a DGTF não encontrou nenhuma prova de que eles tivessem sido enviados, ao abrigo das instruções desse despacho.

Para terminar, o Sr. Doutor disse-nos aqui, e fez questão de repor a verdade, que nunca assinou qualquer contrato *swap*.

Então, a minha pergunta é a seguinte: se o senhor não assinou nenhum contrato *swap* nem derivado, então, quem é que assinava esses contratos? Era o Conselho de Administração ou não? E, já agora, quem é que fazia parte do Conselho de Administração que assinava os contratos e que, então, deve ser responsabilizado? Se quem não assina não pode ser responsabilizado, quem assina, clara e naturalmente, deverá ser responsabilizado.

Portanto, gostaria de saber se confirma ou não que a responsabilidade é de quem assina e se quem o fez foi o Conselho de Administração. Já agora, diga-me, por favor, quem é que fazia parte do Conselho de Administração que assinou estes contratos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Paulo Frederico Agostinho Braga Lino: — Sr.^a Deputada, relativamente à questão de quem assinou os contratos, posso dizer-lhe que tudo na Metro do Porto, como, penso, consegui transmitir mas, se calhar, não terei sido muito explícito, é e era, à época, aprovado pela Administração. Tudo sem nenhuma exceção – que eu saiba, pelo menos! Tudo sem nenhuma exceção! Portanto, penso que com esta resposta respondo à sua pergunta sobre quem é que assinava os contratos.

Há, tanto quanto me recordo – e, agora, vou contradizer-me face ao que disse há cerca de 10 segundos –, uma exceção: houve um contrato de derivado celebrado em fevereiro de 2008, se a memória não me falha, assinado, naturalmente, por dois administradores, que tem um anexo designado *risk disclosure*, que foi, à época, assinado pelo presidente da Comissão Executiva e pelo diretor financeiro, responsável por esta área da empresa.

Que me recorde todos os outros documentos, sem nenhuma exceção – agora digo, tirando este pormenor –, eram assinados sempre, tendencialmente, por dois administradores.

O Sr. Presidente: — Como a Sr.^a Deputada já não tem tempo para continuar, neste momento, a colocar questões, peço ao Sr. Doutor que, na linha ainda da resposta à pergunta que a Sr.^a Deputada lhe fez, se lhe era

possível identificar as duas pessoas que referiu, pois creio ser este o sentido da pergunta feita pela Sr.^a Deputada.

O Sr. Dr. Paulo Frederico Agostinho Braga Lino: — Sr. Presidente, de facto, faltou-me essa parte final da resposta.

Dependia dos contratos, isto é, era conforme os contratos, não havia um padrão; tendencialmente sim, mas não havia um padrão que apontasse para a assinatura sempre pelos mesmos dois administradores.

Tendencialmente, numa primeira fase, o presidente da Comissão Executiva assinava os contratos, tendencialmente era o presidente da Comissão Executiva e o presidente do Conselho de Administração, e, numa fase seguinte, tendencialmente também, era o presidente que acumulava as duas funções de presidente do Conselho de Administração e de presidente da Comissão Executiva e tendencialmente a administradora financeira, mas nem sempre, pois pontualmente poderia haver outro administrador a assinar, de acordo com a disponibilidade de cada um.

Portanto, para cada contrato temos aqui, ou podemos ter, assinaturas distintas, mas sempre duas.

Se o Sr. Presidente, e visto que a Sr.^a Deputada não terá tempo, segundo a informação do Sr. Presidente, entender que eu devo percorrer os contratos e fazer referência às assinaturas não tenho qualquer problema.

O Sr. Presidente: — Creio que foi o Sr. Doutor que identificou um contrato em especial, em relação às assinaturas... Creio que se referiu a um contrato de fevereiro de 2008.

O Sr. Dr. Paulo Frederico Agostinho Braga Lino: — O contrato de fevereiro de 2008 foi assinado pelo presidente do Conselho de

Administração à época, Sr. Major Valentim Loureiro, e pelo presidente da Comissão Executiva á época, Prof. Manuel de Oliveira Marques.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado.

Vamos, agora, passar ao Sr. Deputado Adão Silva.

O Sr. Adão Silva (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Antes de mais quero agradecer a vinda do Sr. Dr. Braga Lino, que, aliás, se disponibilizou em carta enviada a esta Comissão de Inquérito para nos vir dar esclarecimentos.

O primeiro esclarecimento que eu gostava que ficasse clarificado tem a ver com a questão da sua saída do Governo.

Só para sistematizarmos: o senhor disse que manifestou interesse em sair do Governo; o senhor disse que não seria útil permanecer no Governo; o senhor disse que, à época, entendia que era melhor sair do Governo.

Ora, gostava que tecesse alguns comentários em torno destas suas afirmações anteriores.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Paulo Frederico Agostinho Braga Lino: — Sr. Deputado, muito obrigado pelas palavras que me dirigiu.

Relativamente a pergunta que colocou, vou tentar ser o mais explícito que me for possível.

Quando anteriormente disse que manifestei interesse em sair do Governo e que me parecia mais adequado, repito o que disse na resposta à questão colocada pela Sr.^a Deputada Mariana Mortágua: quando estamos nas organizações, quando temos uma colaboração, seja com que entidade

for e, neste caso, era só – e este só entre aspas – com o Governo de Portugal, entendo e sempre entendi – e já levo 25 anos de experiência profissional – que devemos colocar o interesse das organizações para as quais trabalhamos e com as quais colaboramos acima do nosso interesse pessoal.

Repito o que disse há pouco: para mim, seria tendencialmente mais confortável manter-me no Governo... Não saia, não tinha este tipo de questões, estava no Governo, se calhar, era mais confortável... Mas há uma coisa que eu sei ou, melhor, não sei: a minha convicção na altura e a minha convicção hoje é que se eu lá tivesse permanecido estariam, dia sim, dia não, a discutir a figura do secretário de Estado... E quando o secretário de Estado, ou o Sr. Ministro ou, naturalmente, o Sr. Primeiro-Ministro, como é evidente – e estou a falar do Ministério da Defesa Nacional –, de cada vez que tentássemos explicar algumas das relevantíssimas reformas que estão a ser levadas a efeito, certamente que as perguntas que vinham se seguida eram: então, o senhor está de saída ou vai ficar? E porque é que o senhor não sai? E porque é que o senhor não saiu? Não acha que está fragilizado?... Seria todo este tipo de questões que, sabemos, seriam, recorrentemente, colocadas.

Portanto, de forma a não perturbar, repito, o percurso das reformas que estavam e estão em curso entendi e entendo – e esta é a minha convicção profunda – que a melhor forma seria não estar no Governo e dessa forma não perturbar a atividade governativa que tem sido levada a efeito e que, como sabem neste momento melhor do que eu, tem produzido reformas muito difíceis mas muito, muito importantes.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Adão Silva (PSD): — Só para sistematizar, Sr. Doutor, e perdoar-me-á a redundância, mas, às vezes, também temos de ser um pouco redundantes: a sua convicção hoje continua a ser a de que fez bem sair do Governo quando saiu?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Paulo Frederico Agostinho Braga Lino: — A minha convicção hoje é, nessa matéria, a mesma.

E explico: obviamente que, tendo a plena consciência da minha responsabilidade ou da falta dela na celebração deste tipo de operações, sabendo perfeitamente posicionar-me na estrutura da empresa, como penso que transmiti ou, pelo menos, tentei transmitir no início da minha intervenção nesta Comissão de Inquérito, e compreendendo bem qual a responsabilidade que tenho nestes processos. Se a questão fosse exclusivamente essa eu poderia dizer: não, não deveria ter saído do Governo, porque não se justifica a minha saída do Governo pela responsabilidade que tinha em concreto. Faço-me entender?

Agora, a questão central é esta: da forma que o processo está colocado, da forma como o processo está em cima da mesa, da forma como o processo foi discutido, da forma como o processo estava a ser tratado, a melhor solução para o Governo e para Portugal era que eu saísse, sob pena de andarem eternamente a discutir a minha figura, desfocando completamente o que era importante.

Teríamos, então, uma situação em que me colocavam sistematicamente essa questão e, provavelmente, e porque sou humano, se eu estivesse no Ministério da Defesa Nacional, era natural que tivesse a tendência para me desfocar daquilo que eram, de facto, as minhas

obrigações, daquilo que eu tinha feito e acordado com o Sr. Ministro da Defesa Nacional, do foco que devia ter e da atenção que devia ter no tratamento das matérias da defesa nacional. Provavelmente, andava preocupado com questões mediáticas, andava preocupado com questões pessoais, que, de todo, me podiam tolher o raciocínio e a capacidade de mobilização que eu sempre quis colocar nas funções que desempenhei.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Adão Silva (PSD): — O Sr. Doutor falou das responsabilidades no processo das contratações, mas, já agora, gostava que nos dissesse, afinal, quais eram as suas responsabilidades neste processo de contratação de *swaps* na Metro do Porto.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Paulo Frederico Agostinho Braga Lino: — Sr. Deputado, fiz uma breve referência na minha intervenção inicial a esse tema e deixei-me explicar-lhe o seguinte: a Metro do Porto, conforme referi na minha intervenção inicial, em 2006, em resultado da conclusão da primeira fase do projeto, sofreu uma alteração na sua estrutura organizativa, passando, nesse momento, a ter estruturas de direção com um primeiro e um segundo responsáveis.

Como disse também anteriormente, essas estruturas de direção, sem prejuízo de uma hierarquia perfeitamente definida em que se sabe perfeitamente quem é o primeiro responsável e quem é o segundo responsável, independentemente, repito, dessa hierarquia, há uma outra questão nessas direções: é que, entre desses dois responsáveis,

tendencialmente, um coordena uma área ou algumas áreas e o outro coordena as outras áreas.

Como disse anteriormente, o Departamento Administrativo e Financeiro tratava do financiamento, do património, dos recursos humanos, da contabilidade, da fiscalidade etc., ou seja, tratava de tudo o que respeita a um departamento administrativo e financeiro.

No meu caso concreto, e dentro dessas diversas áreas de que trata um departamento administrativo e financeiro, tinha sob a minha alçada e sob a minha responsabilidade direta as áreas do património, da contabilidade, dos recursos humanos, da tesouraria, diria mesmo do financiamento de curto prazo – e estou a falar das vulgares contas correntes, dos financiamentos intercalares, etc., sendo que o financiamento...

E, perdoem-me o parêntesis, mas há dezenas – eu arriscaria a dizer centenas, mas não quero exagerar, mas são seguramente dezenas – de notas técnicas, como as designamos, de propostas para a Comissão Executiva e para o Conselho de Administração apenas subscritas por mim... Dezenas e dezenas e dezenas de notas e de propostas apenas subscritas por mim sobre essas matérias.

No que respeita à área do financiamento de médio e longo prazos, que inicialmente também identifiquei como financiamento estratégico ou estrutural, não há uma única nota, uma única proposta que tenha sido apenas subscrita por mim. Todas as propostas eram subscritas ou aprovadas e validadas, como não podia deixar de ser, pelo primeiro responsável financeiro da empresa e, em concreto, responsável financeiro por esta área de atividade do departamento financeiro.

Espero ter sido claro, Sr. Deputado.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, queira continuar.

O Sr. Adão Silva (PSD): — Para esclarecermos bem esta questão da hierarquia, que não existia; em boa verdade, havia uma lógica não tão vertical, mas de uma delimitação horizontal das responsabilidades.

O senhor tinha responsabilidades importantes no âmbito da tesouraria, do financiamento, da contabilidade e mesmo até do financiamento de médio e longo prazo, se bem entendemos.

Mas, concretamente, que é o que nos interessa nesta Comissão, quando se tratava de contratar um *swap* — e foram vários os que foram contratados pela Metro do Porto ao longo do tempo em que o senhor foi o segundo responsável da área do departamento administrativo e financeiro —, qual era a sua responsabilidade? É isto que nos interessa acima de tudo. Qual era a sua responsabilidade real?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Paulo Frederico Agostinho Braga Lino: — Sr. Deputado, fazia uma referência — voltámos ao mesmo, sou muito obsessivo com os detalhes, portanto permita-me uma correção: o Sr. Deputado disse que eu era responsável pelo financiamento de médio e longo prazo, mas eu disse exatamente o contrário. Porventura não terei sido explícito. O que eu disse foi que também tenho propostas apresentadas para financiamento de curto prazo, até disse para as designadas contas-correntes ou para financiamentos intercalados. Permita-me esta correção, Sr. Deputado. Não sou, nem nunca fui, especialista em *swaps*. Aliás, devo confessar, ou dizer, pelo menos, que a primeira operação derivada em que participei em toda a minha vida foi a operação de janeiro de 2007, cinco meses depois de ter chegado ao departamento administrativo e financeiro da empresa, sem prejuízo de, já

em 2006, haver um *swap* contratado — provavelmente, eu não estaria na empresa nesse momento, não sei. Portanto, não sou, nem nunca fui especialista nesta matéria dos derivados.

Quando o Sr. Deputado coloca a questão da responsabilidade, presumo que — corrigir-me-á se estiver a fazer uma interpretação incorreta — pergunta: mas, então, na equipa, o que é que o senhor fazia? Só assinava as notas? Não, objetivamente não, havia contactos regulares com a banca, porque recebíamos dezenas, e dezenas, e dezenas de propostas de derivados na Metro do Porto. Já era assim antes de nós chegarmos à Direção Financeira e foi assim depois de chegarmos à Direção Financeira. Recebíamos dezenas de propostas de instrumentos de gestão de risco financeiro, se quiser assim, enquanto estávamos na Direção Financeira, não tendo sido nunca, nesse período, contratada apenas uma operação que fosse — uma operação que fosse! — que não tivesse financiamento associado. Falo de operações novas, bem entendido, não de reestruturações, como disse na minha intervenção inicial.

Portanto, muito desse contacto regular com a banca era feito por mim. E o grosso, o grande, grande volume de operações que nos eram propostas eram rejeitadas à partida. Por isso é que disse, na minha intervenção inicial, que tudo era submetido ao Conselho de Administração depois de um filtro, necessariamente. Mas nada era submetido à Comissão Executiva ou ao Conselho de Administração sem, obviamente...

O diretor financeiro, responsável pela área do médio e longo prazo, dos derivados e afins, mais do que participar, fez grande parte das negociações, como não poderia deixar de ser. Como é óbvio, não é? A minha responsabilidade está lá, tenho lá o nome e, portanto, quando tenho o nome não faço de conta que ele lá não está, naturalmente que está.

Quando fazemos parte de uma equipa, cada um tem o seu papel e, como cada um tem o seu papel, cada um tem de saber colocar-se no papel que lhe está atribuído, ainda que possa, ou não, sentir-se confortável com ele.

Isso leva-me a um comentário à primeira parte desta última intervenção do Sr. Deputado, quando diz que não havia propriamente uma hierarquia vertical mas horizontal — julgo que foi essa a expressão que utilizou, caso não tenha sido peço que me corrija —, não, não, era clarinho, era clara... A hierarquia no departamento era absolutamente clara e absolutamente inequívoca. Sendo certo, até por questões de localização, que só na empresa é que poderia explicar melhor, essa área-corrente, que eu designo por área-corrente, estava sob a minha alçada. Toda a outra nem pensar.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Adão Silva (PSD): — Portanto, quando se contratava um *swap* na Metro do Porto, alguém fazia contactos com a banca que fazia a proposta de *swaps*. Percebemos que o Sr. Doutor também fazia estes contactos com a banca, alguém fazia uma filtragem das propostas que a banca fazia na contratação dos *swaps* e também pensamos que o Sr. Doutor colaborava na filtragem das várias propostas; depois, alguém negociava com a banca a contratação destes *swaps*. Percebemos que o Sr. Doutor, não sendo o primeiro responsável, também entrava neste processo de negociação. Finalmente, alguém também elaborava notas técnicas, que enviava à Comissão Executiva, para que ela, depois, se pronunciasse sobre a definitiva contratação do *swap*. Era assim ou não, Sr. Doutor?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Dr. Braga Lino.

O Sr. Dr. Paulo Frederico Agostinho Braga Lino: — Sr. Deputado, vou clarificar o processo.

Os contactos com as entidades financeiras eram, sobretudo, e preferencialmente, se quisermos, feitos pelas próprias instituições financeiras. O que quero com isto dizer é o seguinte: independentemente de as propostas serem de derivados ou de financiamento, tínhamos, como eu disse há pouco, um processo de apresentação de inúmeras propostas, de dezenas de propostas para a contratação de derivados sem financiamento associado e dessas nenhuma teve sequência. Tínhamos propostas de financiamento com derivados associados e, algumas, como é sabido, mais do que sabido é uma evidência, tiveram vencimento, portanto produziram efeitos e foram contratadas.

Voltando à questão dos contactos, grande parte deles eram feitos pela banca. Havia uma equipa técnica que fazia essa tal primeira filtragem de que o Sr. Deputado fala e que fazia muitos dos contactos. Diria mesmo que a grande maioria dos contactos promovidos pelas instituições financeiras não eram sequer feitos com responsáveis financeiros, eram feitos com os elementos dessa equipa técnica que colaboravam connosco. Os contactos regulares eram feitos com essas equipas técnicas. Por vezes, pediam-nos para que essas propostas fossem apresentadas na empresa, e vinham à empresa apresentar. Umhas vezes estávamos presentes, outras vezes não estávamos.

Feita essa primeira filtragem — e por isso é que há pouco referi que havia dezenas de propostas que eram rejeitadas a esse nível e que, portanto, nem sequer chegavam à Direção Financeira, não eram discutidas, porque

fazia-se um comentário a dizer «falámos com o banco x, que apresentou esta ideia, não tem interesse...»... Portanto, morria por ali.

Feita essa filtragem... Estou a referir-me, naturalmente, às operações que tinham financiamento, porque as que não tinham financiamento não tinham análise detalhada para ir a Comissão Executiva, porque não contratávamos derivados que não tivessem financiamento associado, contratávamos derivados porque tínhamos necessidade de financiamento. O que se passava era que, com essa necessidade de financiamento, como disse no início, numa primeira fase era-nos exigida a garantia da República. Estando sem limite de garantia da República desde 2005, passámos a uma fase 2, em que, se quisermos, não existindo garantia da República, era exigida a contratação de um derivado ou de um instrumento de gestão de risco financeiro para se poder avançar com essas soluções de financiamento.

Quanto às negociações com a banca — o ponto 3 das questões que o Sr. Deputado colocou —, algumas delas, numa primeira fase de negociação, no sentido de discussão das próprias propostas, eram feitas por essa equipa técnica e, numa segunda fase, tinha sempre, e necessariamente, a participação da Direção Financeira.

As notas para a Comissão Executiva, numa primeira fase também — e não estou absolutamente seguro das datas, mas imagino que durante o ano de 2007 e, talvez, 2008, mas como não estou absolutamente seguro não queria afirmar de forma categórica —, eram assinadas por todos os intervenientes: pelo 1.º diretor financeiro, por mim próprio e pelos técnicos que faziam essa primeira análise e triagem; numa segunda fase, eram assinadas, apenas e só, pelo 1.º Diretor Financeiro e por mim, por decisão do próprio 1.º Diretor Financeiro, responsável por esta área, que entendeu que só nós devíamos assinar, por razões que agora não importa estar aqui a

escalpelizar. E essas notas eram enviadas para a Comissão Executiva, onde eram analisadas e tomadas as decisões que a Comissão Executiva entendesse, naturalmente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Adão Silva (PSD): — Sr. Doutor, vamos sistematizar, uma vez que pode parecer, manifestamente, um pouco complexo, embora não me pareça tão complexo assim.

O Dr. Braga Lino, no dia-a-dia, quando fazia a contratação concreta de um *swap* entrava, sobretudo, em dois momentos: o da negociação final com o banco, depois de todas aquelas filtragens e abordagens prévias das várias equipas técnicas e, num segundo momento, entrava na nota técnica final que subscrevia com o 1.º Diretor.

Sr. Doutor, gostaria que me confirmasse se era exatamente esta a sua responsabilidade nestes dois momentos e nestas duas operações.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Paulo Frederico Agostinho Braga Lino: — Sr. Deputado, quer fazer apenas uma pequena correção.

Momentos houve, como eu disse há dois minutos, em que estive presente não na negociação mas na apresentação de propostas. No momento de negociação das propostas acompanhava o 1.º Diretor Financeiro, pessoa responsável por esta área dentro do Departamento Administrativo e Financeiro, e assistia, naturalmente, a essas negociações.

Quando se passava à fase da nota técnica final, como o Sr. Deputado referiu, a base dessa nota técnica, o *draft*, se assim o posso chamar, dessa

nota técnica era preparado pela equipa técnica responsável pela primeira análise das propostas e era, como disse, subscrita pelo responsável por esta área e por mim.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Adão Silva (PSD): — Portanto, digamos que nos momentos fulcrais, nos momentos mais decisivos, antes de chegar à Comissão Executiva, o Dr. Braga Lino tinha um papel incontornável. Por isso é que nos deixa um pouco perplexos, devo dizer-lhe. É uma perplexidade que lhe quero expressar.

V. Ex.^a tinha um papel de interveniente em momentos decisivos do circuito da contratação de um *swap*, que estava entre a banca, que vendia o *swap*, e a Comissão Executiva, que havia de decidir sobre a contratação do *swap*.

Como é que V. Ex.^a nos disse, nesta Comissão — e essa é a minha perplexidade —, «não sou, nem nunca fui especialista em *swaps*»? Permita-me que lhe faça esta pergunta, já que mais não seja para, desde logo, lhe dar também uma oportunidade para nos esclarecer sobre esta nossa perplexidade e, eventualmente, para nos tentar detalhar melhor esta frase tão perentória e tão direta que aqui nos trouxe.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Paulo Frederico Agostinho Braga Lino: — Sr. Deputado, deixe-me dizer-lhe o seguinte: eu pauto habitualmente a minha conduta e sempre a pautei — costume dizer, em jeito de brincadeira, que como sou alto não tenho necessidade de me colocar em bicos dos pés — por me saber

colocar muito bem no lugar. E mais: pauto a minha conduta por saber assumir muito bem aquilo em que sou, ou em que pelo menos me esforço por ser, muito competente e as áreas em que tenho menos competência técnica. E esta, manifestamente, é uma delas.

Dir-me-á o Sr. Deputado — penso que compreendo bem as palavras que proferiu: «Mas, então, fazia parte de uma equipa?» Claro.

Sr. Deputado, se me permite a analogia, também faz parte de uma equipa, que é um grupo parlamentar, grupo parlamentar esse que apresenta propostas de lei.

O Sr. Presidente: — Projetos de lei.

O Sr. Dr. Paulo Frederico Agostinho Braga Lino: — Peço desculpa, projetos de lei.

Se, por ventura, for apresentado um projeto de lei que tenha quaisquer erros, digamos assim, numa expressão muito simples... Julgo que a formação de base do Sr. Deputado não é jurídica, mas não sei, penso que não... Mas se esse projeto de lei, se esse documento contiver imprecisões, contiver erros, contiver alguma necessidade de correção, é legítimo — por isso é que falo de responsabilidade, e não a enjeito — que seja assacada a responsabilidade à equipa. Pergunto: é totalmente legítimo que assaquem essa responsabilidade em concreto ao Sr. Deputado? E que digam «V. Ex.^a devia ter visto que, do ponto de vista jurídico, esta proposta ou este projeto de lei não está bem?» Pergunto: é legítimo?

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Adão Silva deseja responder?

Risos.

O Sr. Adão Silva (PSD): — É um exercício um bocadinho acrobático, mas a pergunta é tão facilitadora da minha resposta que sinto-me verdadeiramente tentado a responder ao Sr. Dr. Braga Lino.

A resposta é esta: mas não é isso que todos os dias acontece? Ou seja, serem-nos assacadas todas as responsabilidades por tudo aquilo que aqui acontece, Sr. Doutor?!

Mas deixe-me prosseguir, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faz favor.

O Sr. Adão Silva (PSD): — Naturalmente que percebemos muito bem todo este grau de responsabilidade pessoal direta e percebemos também que o senhor não veio aqui para enjeitar nenhuma das suas responsabilidades. Obviamente, damos-lhe esse voto de galhardia. Só lhe fica bem, Sr. Doutor, não vir aqui enjeitar nenhuma responsabilidade.

Mas, mais do que nada, queríamos, verdadeiramente, obter alguns esclarecimentos. Em relação ao período de que estamos a falar, não pudemos obter esses esclarecimentos da contratação dos *swaps* por razões que têm a ver com vicissitudes pessoais de membros da Comissão Executiva, que, por uma questão de elegância pessoal, me dispense de comentar, e o senhor é que se disponibilizou para nos vir dar estas informações e falar sobre estas responsabilidades. Gostávamos de as ter e gostávamos de perceber como é que alguém que se diz que não é nem nunca foi especialista em *swaps* tem este grau de responsabilidade. É certo que se diluiu numa equipa, mas depois, durante o tempo em que o senhor era responsável financeiro, com os níveis da sua responsabilidade pessoal e também atendendo à sua pouca especialização nestas matérias de *swaps*, a

verdade é que a Metro do Porto contratou alguns *swaps* que têm consequências financeiras que não me atrevo a utilizar outra palavra para qualificar que não seja esta: desastrosas.

É evidente que as contratações de alguns destes instrumentos financeiros, de alguns destes *swaps* foram estribadas nas tais notas técnicas que provinham do departamento onde o Sr. Doutor intervinha. Por exemplo, há um *swap de 2007*, chamado *swap snowball*, sem teto, sem *cap* no custo de financiamento, que, na altura, uma nota técnica dizia que se apresentava como um problema mais teórico do que prático — vê-se agora que o problema é profundamente prático! — porque de um valor nocional de 89 milhões de euros, a 31 de dezembro de 2012, as perdas potenciais deste *swap* já eram de 507 milhões.

Por exemplo, em relação a outro, em que o valor nocional era de 120 milhões de euros — este é de 2008 —, as perdas potenciais eram já de cerca de 100 milhões de euros.

Gostava que o Sr. Doutor nos pudesse esclarecer como é que isto ocorria, como é que acontecia, como é que aconteceu terem avançado com contratações de *swaps* desta natureza sem *caps*, e como é que tudo se concretiza nestas perdas.

É evidente que gostava de ter feito outras perguntas, mas já fui percebendo que o Sr. Doutor não tem esse conhecimento, nomeadamente da questão das relações com a tutela, de como é que a tutela acompanhava este processo. Anteriormente, o Sr. Doutor furtou-se a responder, porque não tinha esse nível de responsabilidade.

Gostávamos de obter um bom esclarecimento sobre esta primeira pergunta em torno da estrutura destes *swaps* e de como é que isto aconteceu, porque eles têm as máximas responsabilidades e as máximas

consequências perniciosas para os dias de hoje, bem como para os nossos filhos e os nossos netos, como se pode ver.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Dr. Braga Lino.

O Sr. Dr. Paulo Frederico Agostinho Braga Lino: — Sr. Deputado, eu diria que ainda bem que coloca essa questão. E digo-o, porque julgo — não sei — que a nota a que o Sr. Deputado se está a referir é de 15 de janeiro de 2008. Não sei se será essa.

O Sr. Adão Silva (PSD): — *Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador.*

O Sr. Dr. Paulo Frederico Agostinho Braga Lino: — Exatamente, exatamente.

O Sr. Adão Silva (PSD): — *Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador.*

O Sr. Dr. Paulo Frederico Agostinho Braga Lino: — Sei muito bem qual é, Sr. Deputado. Tenho-a aqui, naturalmente.

Deixe-me dizer-lhe duas ou três coisas.

Primeira, quanto ao enquadramento geral, é preciso percebermos o momento em que as operações foram realizadas, independentemente da minha maior ou menor especialização neste tema. Uma coisa é a especialização no tema e falar em concreto dos índices, dos detalhes, dos *caps*, etc., e outra coisa é falar do enquadramento. Nenhum problema, estou completamente à vontade para o fazer.

É preciso compreendermos o momento em que estávamos, o contexto da empresa e o momento de mercado que vivíamos.

Como disse na minha intervenção inicial, tínhamos um investimento aprovado e crescente. Começámos, como eu disse, por um contrato com cerca de 860 milhões de euros e hoje a empresa tem um investimento global superior a 2.5 mil milhões. Tínhamos esgotamento do *plafond* de garantia da República desde 2005. Tínhamos, é verdade, uma boa parte da dívida da empresa que não tinha garantia da República por se ter esgotado o limite. Tínhamos uma redução da participação comunitária. Tínhamos um apoio do Estado praticamente inexistente — era claramente marginal face ao volume global do investimento de que se falava. Tínhamos linhas de curto prazo praticamente esgotadas e em valores elevadíssimos. Tínhamos uma banca nacional indisponível para o financiamento — e não estou a criticar, estou a dizer que, provavelmente, não tinha capacidade para fazer investimento de médio e longo prazo. E tínhamos, então, para além deste contexto da empresa, bem entendido, o momento de mercado.

E o momento de mercado era: taxas de juro a subir — um histórico de taxas de juro que era perfeitamente conhecido.

Se me permite, Sr. Presidente, projetaria um conjunto de *slides* constante da [apresentação em PowerPoint](#) que deixarei à Comissão.

Olhando para o primeiro *slide*, bem se percebe o momento em que as operações foram feitas.

Se calhar, para melhor compreensão, projeto o segundo *slide*.

Aquelas duas barras verticais indicam os momentos em que foi feita a primeira contratação de derivados e o momento em que é feita a última contratação de instrumentos de gestão de risco financeiro.

Estamos a falar do início de 2007 *versus* Julho de 2009.

O que eu desconheço, Sr. Deputado — isso desconheço —, é no momento em que estes contratos foram celebrados — e repito que foram sempre celebrados associados a financiamento do qual a empresa necessitava em absoluto e do qual não podia prescindir...

Há uma coisa que aprendi já há muitos, muitos anos, Sr. Deputado: é que os compromissos, quando se assumem, honram-se. E o Estado assumiu compromissos, o Estado disse à empresa para fazer o investimento, a empresa realizou o investimento e, portanto, mais não podia fazer senão pagar aquilo que tinha contratado. Foi necessário ir à procura de financiamento para conseguir solver e pagar os compromissos que tinham sido assumidos, e a empresa fez isso mesmo.

Nós temos um Estado que diz «faça», mas temos um Estado que diz «não posso financiar». A empresa foi-se financiar em mercado. E a empresa só se conseguia financiar em mercado para maturidades adequadas ao nível de investimento que tinha se tivesse derivados associados a essas operações de financiamento.

Naturalmente que desconheço se há algum relatório, se há algum documento, se há alguma análise que tenha sido feita à época que previssem o colapso que aconteceu no mercado. Não sei, não conheço e julgo que não havia qualquer relatório que previsse esse colapso e essa hecatombe que depois se verificou.

Devo dizer que havia uma tremenda dificuldade em obter propostas de financiamento dos níveis de que estamos a falar e das necessidades que, naturalmente, a empresa tinha. E houve, como já referi anteriormente, uma reiterada tentativa por parte dos bancos para realizar operações de derivados sem financiamento associado, pura e simplesmente coberturas, que sempre rejeitámos. De resto, sempre que nos foi possível celebrar

operações de financiamento sem contratos de derivados associados fizemo-lo.

Dou um exemplo: em 2007, celebrámos um contrato de financiamento com o Banco Comercial Português de 50 milhões de euros, em que a primeira proposta traz também associada uma proposta de derivado. Foi possível negociar com o Banco Comercial Português a não contratação desse derivado, e essa operação realizou-se — repito, de 50 milhões de euros.

Mas, mais à frente, conseguimos, já em 2010, fazer um contrato, neste caso com o Barclays, de 75 milhões de euros, também sem derivado.

Isto é para demonstrar que, em determinados momentos do tempo, e sempre que as propostas de financiamento se ajustavam às nossas necessidades e eram passíveis de serem contratadas sem derivado, o fizemos.

Em 2008, há alteração do limite para a concessão de garantia da República e é aumentado esse limite, que estava esgotado há já três anos, desde 2005, e mais à frente fizemos um empréstimo obrigacionista, liderado pela Caixa Geral de Depósitos, ou pela Caixa-Banco de Investimento, com garantia da República. E mesmo nesse momento uma outra entidade financeira, que se disponibilizou para financiar a Metro do Porto, exigiu uma dupla garantia.

Esse contrato acabou por não se fechar. Exigiu uma dupla garantia, que foi garantia da República — para o Sr. Deputado ter a sensibilidade e a noção do ponto a que isto chegou — e, mais, uma garantia real sobre os veículos, se quisermos, os comboios, os *tram-train*. E, mesmo assim, uns dias depois, veio dizer «afinal, não podemos financiar.» Afinal, a operação não foi aprovada internamente, na instituição financeira.

Este era o enquadramento, este era o momento do mercado que nós vivíamos, esta era a nossa limitação. Portanto, uma, de duas — e repito: ou solvamos os compromissos que tínhamos ou não solvamos; ou honrávamos aquilo que tinha sido assumido em nome do Estado ou não honrávamos; ou pagávamos o que devíamos ou não pagávamos o que devíamos.

Claro que agora é fácil falar, mas se o Sr. Deputado fizer o favor de olhar para o gráfico do segundo *slide* que eu ali projeto... Este é o gráfico hoje.

Não sei se o Sr. Deputado está a ver, mas este é o gráfico hoje.

O Sr. Adão Silva (PSD): — *Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador.*

O Sr. Dr. Paulo Frederico Agostinho Braga Lino: — Mas é que há outro, Sr. Deputado.

E este gráfico traduz a situação que tínhamos na altura, em que não conhecíamos a parte da frente das curvas. Só conhecíamos as curvas até àquele momento ou nos momentos em que estávamos a fazer a contratação. Em cada momento, conhecíamos o valor das taxas e as *forwards* respetivas, mas não conhecíamos o que estava adiante. Essa é que era a questão.

Portanto, vir agora dizer que foi muito mau... Pois foi, claro que foi muito mau. Mas eu pergunto: alguém previu a hecatombe? Nós não, confesso, e se calhar aí fomos pouco competentes.

Faço ainda dois comentários relativamente àquilo que o Sr. Deputado disse.

Primeiro comentário: quando leu a carta que eu enviei em que me disponibilizei... Pois disponibilizei, Sr. Deputado. Disponibilizei-me

porque foram feitas— está aí dito nessa carta — várias referências ao meu nome, designadamente em sede desta Comissão. Portanto, disponibilizei-me para vir cá prestar todos os esclarecimentos que entendessem convenientes e que eu fosse capaz de prestar, bem entendido, como é óbvio. Portanto, que isso fique claro.

Tenho pena de uma coisa, Sr. Deputado. Sabe de que é que tenho pena? É que o Sr. Deputado tenha lido a nota técnica que leu e tenha feito referência a este parágrafo em concreto, o tal parágrafo da página 10 de 11. Tenho pena, contudo, que não tenha feito uma leitura mais extensa dessa mesma nota técnica e que não tenha feito referência a algumas outras frases que aí estão e que nós escrevemos e que bem atentam, bem indicam o cuidado e a responsabilidade com que tratávamos deste assunto.

Diz-se aqui, por exemplo, e se o Sr. Presidente me permitir leio duas ou três frases: «Por questões de flexibilidade, e seguindo a política de contratação observada pela Metro do Porto nos mútuos de médio e longo prazo contratados a partir de 2006, foi considerado como requisito indispensável que qualquer estrutura contenha uma opção de saída *early redemption option* a partir de março de 2009».

Hoje é fácil dizer que essa opção de saída foi uma má opção, mas isto entroncava com o facto de nós irmos avançar com a segunda fase da expansão da rede e queríamos ter a flexibilidade suficiente para, na preparação desse *project finance* para esta segunda fase, podermos interromper, se quisermos, os contratos que estavam celebrados.

Diz aqui: «Os mútuos contratados desde 2006 conferem à Metro do Porto essa opção sem custos acrescidos.» Mas diz-se mais, Sr. Deputado. Também se diz, quando se está a analisar uma proposta em concreto: «São identificadas e propostas cinco fontes de valor, das quais duas não serão abordadas, na medida em que se entende não ser adequado o perfil de risco

imposto por estes instrumentos.» Isto revela, penso eu, alguma prudência, não alguma facilidade no tratamento dos assuntos.

Mas diz-se mais ainda, Sr. Deputado: «Por solicitação da Metro do Porto, esta entidade introduziu uma alteração na modulação de riscos, numa versão mais moderada e, por isso, com uma menor bonificação de taxa fixa. Ou seja, nós até dizemos «vamos pagar mais, mas é mais seguro para a empresa.»

Diz-se ainda, por fim, Sr. Presidente, e terminaria, «Os fatores de risco da proposta do banco (...) apresentam-se mais facilmente monitorizáveis, sendo mais fácil de perspetivar uma evolução a médio prazo de taxas de juro do que de índices baseados em taxas de juro.»

Esta era a nossa visão, com os dados que tínhamos, com a informação de mercado que tínhamos. Pena é que seja truncada a leitura e que apenas seja lida parte da nota que produzimos.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Doutor. Em todo o caso, chamo a atenção de que os Srs. Deputados têm, obviamente, toda a legitimidade para colocar as perguntas nos termos em que entenderem.

O que foi lido foi alguma coisa de objetivo constante de um documento; não foi lido todo o documento, nem tinha que ser.

Vou dar agora a palavra à Sr. Deputada Ana Catarina Mendonça.

A Sr.^a Ana Catarina Mendonça (PS): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Braga Lino, cumprimento-o, de novo, e agradeço as suas declarações feitas esta tarde.

Queria começar por um comentário ou, talvez, uma perplexidade, dizendo-lhe que estou de acordo consigo num ponto: o de que tudo isto se resume um pouco a uma trapalhada. Não há critérios de demissão dos

gestores políticos, não há critério de demissão dos governantes que contrataram *swaps*.

O Sr. Doutor diz, e eu concordo, que a forma como o processo está a ser colocado e como foi colocado revela alguma perplexidade para si também. De resto, o PSD, da forma como coloca agora, também o deve deixar a si, Dr. Braga Lino, bastante perplexo, mas há argumento que não colhe na sua justificação de saída do Governo. É que o Sr. Doutor diz que sai do Governo para não confrontar o mesmo com a questão dos *swaps* e não ser sempre confrontado com questões *swaps*, uma vez que teve responsabilidades financeiras.

Que se saiba, o Dr. Marco António Costa saiu recentemente do Governo e que se saiba também a Sr.^a ex-Secretária de Estado não só deixa de ser Secretária de Estado do Tesouro e Finanças como passa a Ministra das Finanças. Ora, sistematicamente, pode também ser confrontada com questões de *swaps*, até porque a própria assume que, com as responsabilidades financeiras que teve na REFER, ao contrário do Sr. Doutor que diz «Não provei, não celebrei, não assinei qualquer tipo de financiamento ou contrato de financiamento» — portanto, vamos simplificar dizendo *swaps*...

Pedia-lhe um comentário e que nos explicasse a esta Comissão — porque o Sr. Doutor pediu para vir a esta Comissão explicar e eu acho que temos o direito de ser esclarecidos — em que termos, então, se deu esta sua demissão. Porque o seu ex-colega do Governo, Eng.º Juvenal Silva Peneda, diz que sai do Governo e o Sr. Primeiro-Ministro entende que o deve proteger pessoalmente para não vir a esta Comissão. Por outro lado, há gestores de dizem que saíram porque o Governo lhes disse que estariam mais à vontade para esclarecer esta Comissão de Inquérito.

Afinal, o Sr. Dr. Doutor diz que saiu, mas não saiu do Governo. Não estando em funções, como é que ocorreu esta demissão?

O Sr. Presidente: — Sr. Dr. Braga Lino, tem a palavra.

O Sr. Dr. Paulo Frederico Agostinho Braga Lino: — Sr.^a Deputada, começo sempre pelo meu registo habitual, que é o registo da correção — correção das afirmações, bem entendido. Percebo completamente a intervenção da Sr. Deputada quando diz que eu manifestei perplexidade. Eu não manifestei nenhuma perplexidade sobre nenhum assunto. Vou ao fim para depois ir ao início.

Quando diz que eu pedi para vir à Comissão de Inquérito, talvez não tenha disponível a cópia da carta que enviei. Eu não pedi para vir à Comissão de Inquérito, peço imensa desculpa. Disponibilizei-me para vir à Comissão de Inquérito. Uma coisa é eu pedir ao Sr. Presidente da Comissão de Inquérito para vir cá; outra coisa é eu disponibilizar-me, se entendessem conveniente. Entenderam conveniente e eu aqui estou. Nenhum problema quanto a essa matéria.

Relativamente a eu entender ser melhor sair do Governo, lamento imenso por, porventura, não ter sido ainda explícito, mas vou reafirmar aquilo que disse.

Parece-me que o nível de reformas que está a ser levado a cabo e, naturalmente que falo, sobretudo, pelas reformas do Ministério da Defesa Nacional, que eram aquelas que eu melhor conhecia e aquelas em que participei, em que tive oportunidade de participar, mas, como estava a dizer, o nível, o tipo e a amplitude das reformas que estavam, e estão, a ser levados a efeito não se compadeciam com uma situação em que pudesse haver a tentação de desfocar a atenção dessas mesmas reformas e de centrar

a atenção na figura do Secretário de Estado — aliás, em consequência de um processo, de uma análise, de uma avaliação, de uma situação que nada tinha a ver com o Governo. A questão é esta. Podiam estar a querer focar a atenção na figura do Secretário de Estado pela reforma *a*, *b* ou *c* do Ministério da Defesa Nacional, na qual eu havia participado, portanto, podia ser por essa razão. Nenhum problema.

O que eu não podia aceitar e me parecia absolutamente desajustado e desadequado era eu poder chegar todos os dias ao Ministério da Defesa Nacional e estar preocupado em saber como é que vou responder a isto ou àquilo que nada tem a ver com o Ministério da Defesa Nacional, por um lado, e, por outro lado, as reformas do Ministério serem necessariamente menos bem tratadas por mim e menos focadas naquilo que era, de facto, importante tratar. Essa foi a minha visão naquele momento.

Foi isto que entendi fazer, foi esta postura e esta posição que entendi manifestar. Agora, compreenderá e permitir-me-á que não faça quaisquer comentários adicionais relativamente a quaisquer outros meus colegas de Governo por quem tenho o maior respeito, consideração, estima. Nem conheço, de resto, as situações em concreto e não tenho de fazer considerações sobre essa matéria.

O Sr. Presidente: — Sr.^a Deputada Ana Catarina Mendonça, tem a palavra.

A Sr.^a Ana Catarina Mendonça (PS): — Mas perceberá que, para nós, não é muito compreensível que alguns membros do Governo que tenham contratado *swaps* se mantenham em funções e outros tenham saído.

O Sr. Doutor conhece o relatório de IGCP que classifica os *swaps* como tóxicos, complexos e afins?

O Sr. Presidente: — Sr. Dr. Braga Lino, tem a palavra.

O Sr. Dr. Paulo Frederico Agostinho Braga Lino: — Não. Não conheço nenhum relatório do IGCP que tenha sido produzido sobre esta matéria.

O Sr. Presidente: — Sr.^a Deputada Ana Catarina Mendonça, tem a palavra.

A Sr.^a Ana Catarina Mendonça (PS): — E mesmo sem conhecer esses critérios pôs o seu lugar à disposição e por isso sai do Governo, mesmo sem ter contratado?

Sr. Doutor, já agora, permita-me confrontá-lo com dados — e dados são dados, factos são factos.

Há um *swap* negociado pela Metro do Porto em novembro de 2006 que é contratado a 11 de janeiro de 2007.

Em abril de 2009, a Metro do Porto faz uma proposta à instituição bancária, de resto ao Santander, para que haja uma contratação do instrumento financeiro simétrico e por isso mesmo com detalhes de operação que nunca foram traduzidos, mas o que nos importa aqui analisar são as propostas de reestruturação que foram feitas pelo Banco Santander à Metro do Porto e que, em março de 2009, lhe propõe a eliminação do *floor* no *swap* de 11 de janeiro de 2007 e se esta proposta de gestão dinâmica tivesse sido aceite a Metro do Porto estaria atualmente a pagar ao Banco Santander uma taxa de 13,6% e, ao invés, está a pagar 42,3%.

Há uma nova tentativa, em setembro de 2010, de reestruturação, uma proposta que o Banco Santander também faz à Metro do Porto que teria limitado as perdas em 173 milhões e que atualmente estão em 446 milhões.

Há, de novo, uma proposta de cancelamento por parte do Banco Santander em que a Metro do Porto poderia ter limitado as suas perdas em 174 milhões, de novo.

A minha pergunta é: por que razão nunca a Metro do Porto — e creio que o Sr. Doutor como responsável financeiro está em condição de responder — aceitou esta reestruturação que leva a que hoje as perdas sejam tão elevadas como são?

O Sr. Presidente: — Sr. Dr. Braga Lino, tem a palavra.

O Sr. Dr. Paulo Frederico Agostinho Braga Lino: — Sr.^a Deputada, antes de tentar dar a resposta, permita-me duas ou três observações. Independentemente da minha menor ou maior competência sobre esta matéria, naturalmente que tentarei responder.

Que eu me recorde, repito, que eu me recorde, em momento algum... A Sr.^a Deputada disse, salvo erro, e corrigir-me-á se eu estiver errado, que em abril de 2009 o Banco Santander propôs um simétrico. Que eu saiba, não há nenhum simétrico proposto pelo Banco Santander em abril de 2009. Em abril de 2009, há, sim, a celebração de uma operação de reestruturação...

Aproveitando para dar nota ao Sr. Deputado do PSD, que há pouco tanto insistiu na questão das assinaturas das notas, diria que esta proposta de reestruturação não foi assinada por mim... Não estou com isto a desresponsabilizar-me, Sr. Deputado, estou apenas a dizer que factualmente não é (é só disto que estou a falar) com o Banco Santander, como não podia

deixar de ser — aliás, não fazia sentido. Se calhar, estarei a ver mal porque não sou especialista em *swaps*, mas eu, como técnico, devo confessar que não estou a ver que se contrate com um banco uma coisa e o seu oposto ou o seu simétrico. Mas a Sr.^a Deputada, melhor do que eu, certamente saberá. Pode haver algum lapso da minha parte nesta matéria.

Relativamente à questão que a Sr.^a Deputada coloca das várias interações com o Banco Santander, diria o seguinte: manifestámos desde relativamente cedo, em concreto desde 2008, se a memória não me traiçoa, preocupação com as barreiras desse *swap* contratado em janeiro de 2007, como disse e bem. Operação, essa, contratada em janeiro de 2007, na sequência da recomendação do Tribunal de Contas, que dizia: «Diligencie no sentido de rever os *swaps* de fixação de taxa de juro celebrados em 2003.» É na sequência de um relatório do Tribunal de Contas — salvo erro, a versão final é de outubro de 2006 — que começaram a chegar propostas, que começámos a discutir propostas e fechámos em janeiro de 2007.

Em 2008, manifestámos alguma preocupação com as barreiras. Devo confessar, olhando para o gráfico constante do terceiro *slide* que, imagino, se compreenderá razoavelmente bem, que manifestámos alguma preocupação com a barreira superior da estrutura. Este era o consenso de mercado, esta era a nossa análise e manifestámos preocupação sobretudo, repito, sobretudo, com a barreira superior da estrutura, os 6%. Em 2008... Eu não queria, Sr. Presidente, elaborar muito sobre este *swap* do Santander porque, como sabem, há um processo em curso e, portanto, tenho alguma dificuldade em estar a elaborar muito sobre esta matéria, como facilmente imaginarão, não gostaria de elaborar muito sobre este tema, mas não tenho qualquer problema em falar sobre algumas coisas, penso eu.

Alguns no final do primeiro semestre de 2008, início do segundo semestre, o Banco Santander diz, na sequência de uma análise aprofundada que apresentou, de uma visão de mercado, se quisermos, o seguinte: «Estamos razoavelmente confortáveis com as barreiras da estrutura» e nós insistimos.

Alguns no final de 2008, nota-se uma queda abrupta das taxas Euribor após o fenómeno Lehman, como é sabido, ainda que as *forwards* continuassem a indicar que não haveria, de todo, aquela queda que houve, conforme pode verificar-se no gráfico. Nesse momento, começámos a insistir mais e mais com o Banco no sentido de podermos ter propostas de reestruturação.

Percebendo nós que, em 2008, a Euribor teve a queda que teve no segundo semestre, o que procurámos fazer foi um simétrico, que foi feito, de facto, mas não com o Banco Santander, nem o Banco Santander, que me recordo, propôs qualquer simétrico. Celebrámos, então, um simétrico, um *swap*, que de alguma forma tinha uma cobertura parcial da operação originalmente contratada em janeiro de 2007.

E digo «parcial» por duas razões: primeira, porque não cobria toda a maturidade da operação, era uma cobertura de cerca de 1 ano; segunda, porque cobria a descida das taxas Euribor até 1% e não até 0%, se quisermos, ou abaixo de 1%. Cobria a descida até 1%, quando a barreira inferior da estrutura original era 2%.

Em 2009, fizemos essa contratação e uma reestruturação parcial do *swap*, uma cobertura parcial. Mas continuámos a manifestar preocupação, como, de resto, não podia deixar de ser.

Celebrada que foi esta operação de reestruturação parcial do *swap*, até meados de 2010 não há, de facto, registo de grandes interações com o Banco.

Aliás, em junho de 2010, e na sequência não vou dizer de um alerta mas de uma chamada nossa para o Banco, feita em maio, se bem me recordo, o Banco diz: «Não temos ideias ou propostas concretas para apresentar», mas diz também «Era interessante para nós...» — nós, entidade financeira — «... conhecer melhor a estrutura do tal simétrico ou da tal reestruturação parcial que havia sido contratada para podermos preparar propostas». E em agosto de 2010 há um arranque, se assim posso dizer, de novas abordagens. Até que em março de 2011, e porque nesse período as propostas que foram apresentadas pelo Banco tinham, de alguma forma, como condição ou o alargamento de maturidades, ou o aumento do valor dos financiamentos subjacentes, ou a cristalização de perdas e a fixação de taxas de juro altíssimas, elevadíssimas, à época — temos de nos posicionar à época, não hoje. À época, as taxas que propunham eram muitíssimo superiores àquelas que estávamos a pagar.

Portanto, essas eram as propostas.

No 1.º trimestre de 2011, e desde finais de 2010, o Banco Santander já começou a mostrar interesse em reduzir os custos da Metro e o justo valor ou, se quisermos, o *mark-to-market* da operação. Em março de 2011, eu próprio propus a contratação de assessoria internacional para podermos tratar desta reestruturação do Banco Santander. Essa proposta foi aprovada na Comissão Executiva em abril e foi rejeitada pelo Conselho de Administração um dia depois de eu sair da Metro do Porto, em 29 de junho de 2011, e de ter assumido as funções governativas. Portanto, a partir daí, como compreenderá, não poderei e não deverei pronunciar-me, até porque não tenho informação que seja relevante para poder estar aqui a apresentar.

O Sr. Presidente: — Queira prosseguir, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Ana Catarina Mendonça (PS): — Sr. Dr. Braga Lino, peço desculpa, mas não fiquei esclarecida.

O Sr. Doutor diz que tem uma preocupação em 2008..., tem uma proposta de reestruturação para este *swap* em concreto — a primeira proposta de reestruturação — em março de 2009, a que se seguem quatro propostas de reestruturação: uma em setembro de 2010, outra em novembro de 2010 e depois tem alguns impasses, entre novembro de 2010 e junho de 2011, em que se propõe contratar uma assessoria técnica.

Começamos com um *swap* que pagava uma taxa de 13,06%, em vez dos 42,3% e o que é verdade é que hoje este *swap* tem uma perda ou um valor negativo de 446 milhões. Ora, quase que me atrevo a dizer que é a mesma preocupação que a Sr.^a Ministra diz que tem sobre os *swaps*... O problema é muito grave, mas não se faz nada! Há uma série de tentativas de proposta de reestruturação desde 2009 sobre este *swap* e hoje aquilo que podemos dizer é que há uma perda. Em junho de 2011, este *swap* tinha um *mark-to-market* de cerca de 199 milhões de euros negativos. Em setembro de 2013, o mesmo *swap* tem um *mark-to-market* de cerca de 446 milhões de euros negativos, o que significa que é superior em 247 milhões de euros.

Sr. Doutor, afinal, tanta preocupação... e porque é que não se aceitou a reestruturação que era proposta por esta entidade financeira?

O Sr. Presidente: — Sr. Dr. Braga Lino, tem a palavra.

O Sr. Dr. Paulo Frederico Agostinho Braga Lino: — Sr.^a Deputada, vamos ver se nos entendemos.

Primeira questão: eu posso, apenas e só, reportar-me à taxa de junho de 2011, que é a última taxa que conheço — se os meus registos estiverem

corretos, 15,23% é a taxa líquida deste *swap*. Portanto, é a esta taxa que me posso reportar.

Segundo ponto: a Sr.^a Deputada há pouco falou numas propostas de reestruturação de 2010. Depois, logo a seguir, falou numas propostas de reestruturação de 2009. Portanto, penso que haverá aí alguma confusão.

A Sr.^a Ana Catarina Mendonça (PS): — *(Por não ter falado para o microfone, não foi possível registar as palavras da oradora).*

O Sr. Dr. Paulo Frederico Agostinho Braga Lino: — Não, não preciso!

O Sr. Presidente: — Sr.^a Deputada, agora é a vez de intervir o Sr. Dr. Braga Lino.

A Sr.^a Ana Catarina Mendonça (PS): — *(Por não ter falado para o microfone, não foi possível registar as palavras da oradora).*

O Sr. Dr. Paulo Frederico Agostinho Braga Lino: — Mas eu explico, Sr.^a Deputada.

Mesmo antes dessa contratação, dessa reestruturação parcial, em abril de 2009, houve uma outra.

Isto só porque é importante e perdoem-me que insista neste tema! Perdoem-me que insista nesta questão! É absolutamente decisivo que percebamos todos o momento de mercado em que estávamos. Nós não podemos descontextualizar as coisas. Nós estávamos naquele momento do mercado e não noutra momento de mercado! E isto que vou dizer agora melhor esclarecerá, penso eu, a Sr.^a Deputada.

Em final de 2008, iniciámos a reestruturação — uma tentativa, bem entendido — e analisámos uma proposta de reestruturação de um outro banco, para essa operação. Essa proposta de reestruturação é feita à Comissão Executiva, já em 2009, e para verem e terem a noção de como estava o mercado — repito, contextualizando toda a temática desta operação —, essa proposta de reestruturação é analisada, é apresentada à Comissão Executiva, que a aprova, e no dia seguinte ou dois ou três dias depois, o banco que a tinha proposto, o banco que a tinha apresentado e com quem nós tínhamos negociado, disse: «Afinal, não podemos ter mais exposição à Metro do Porto». E recuou, retirando a proposta que foi apresentada. E foi nessa sequência que foi feita nova abordagem ao mercado e veio a tal proposta que é aprovada em abril de 2009.

As propostas que vieram a seguir, as tais propostas de que a Sr.^a Deputada há pouco falou, de 2010, são as tais propostas que tinham aumentos de maturidade e aumentos de subjacente, ou seja, a associação de outros financiamentos àquele derivado. Portanto, imagina o problema que isto podia causar, naturalmente... E entendemos que essas propostas não defendiam os interesses da empresa, não eram as melhores propostas para defender os interesses da empresa. E porque entendemos, naquele momento, início de 2011... Portanto, desculpe, Sr.^a Deputada, mas não podemos dizer que nada foi feito. Muito foi feito! Muito trabalho foi sendo feito, designadamente essa proteção parcial, que foi contratada por um ano, entre 2009 e 2010.

Agora, o que não esperávamos e penso que ninguém previa — e peço-lhe atenção de novo ao gráfico do projeto — era que uma Euribor que estava a chegar aos 1% chegasse a zero, praticamente. Isso não esperávamos. Aliás, a Euribor, a partir de meados de 2010, até começou a

inverter a tendência e começou a subir, conforme podemos ver nos gráficos.

Portanto, o que fizemos foi procurar garantir, com os dados que tínhamos no momento e com a informação e o consenso de mercado de que dispúnhamos, tentar melhor proteger, da forma que melhor soubemos e pudemos, os interesses da empresa, sendo certo que, repito, as propostas que nos eram apresentadas não eram aquelas que defendiam, do nosso ponto de vista, os interesses da empresa.

E quando, repito o que disse há pouco, no início de 2011, o Banco Santander mostra, de facto, interesse em proteger o custo e o *mark-to-market* desta operação, é quando se dá (e não queria estar a repetir-me) a proposta de contratação dessa assessoria que nos permitia ter uma maior valia técnica e, sobretudo, uma maior valia negocial — que, de resto, já tinha participado em duas outras operações anteriores —, para podermos negociar.

Em junho foi interrompida e foi decidido não contratar essa assessoria. Quer dizer, não poderei eu próprio nem devo sequer pronunciar-me, porque foi um dia depois, como digo, de eu assumir funções governativas.

O Sr. Presidente: — Sr.^a Deputada, queira prosseguir.

A Sr.^a Ana Catarina Mendonça (PS): — Sr. Doutor, peço desculpa, mas vou voltar à mesma coisa.

Em setembro de 2010, o Banco Santander propôs o cancelamento deste *swap*. Nesse momento, setembro de 2010, o *swap* tinha um *mark-to-market* de cerca de 273 milhões de euros negativos.

Em setembro de 2013, o mesmo *swap* tinha um o *mark-to-market* de cerca de 446 milhões de euros negativos, ou seja, estamos a falar de mais 173 milhões de euros. Porque é que não foi aceite este cancelamento?

O Sr. Presidente: — Sr. Dr. Braga Lino, tem a palavra.

O Sr. Dr. Paulo Frederico Agostinho Braga Lino: — Sr.^a Deputada, não tenho toda a informação. Tenho muita informação aqui comigo, como facilmente imaginará, mas não tenho toda essa informação.

A Sr.^a Ana Catarina Mendonça (PS): — *(Por não ter falado para o microfone, não foi possível registar as palavras da Oradora).*

O Sr. Dr. Paulo Frederico Agostinho Braga Lino: — Mas posso, com certeza.

Essa será provavelmente uma das tais propostas — digo provavelmente, porque não me recordo e quando não me recordo não faço afirmações quando não tenho absoluta certeza daquilo que estou a dizer —, uma das tais soluções que não passou da esfera técnica por ser manifestamente desajustada.

Porque a Sr.^a Deputada — estou a falar «de cabeça»... Isto não é assim!

O Banco Santander propôs cancelar a operação. E quanto à contrapartida, está aí, Sr.^a Deputada? Tem aí a contrapartida?... É porque era importante que tivesse. É que eu não tenho aqui a proposta, confesso, e portanto não lhe poderei responder. Poderei, depois, mandar-lha toda. Mas era preciso ver qual era contrapartida para se cancelar essa operação. Era o pagamento de larguíssimas dezenas de milhões de euros.

Essa é que é a questão!

Por isso é que há pouco eu dizia: aumento de maturidades, aumento de financiamento subjacente, cristalização de perdas e conversão das taxas numa taxa fixa elevadíssima — à época!

Dir-me-á assim: «Mas era seguramente essa taxa muito mais baixa do que aquela que é hoje». Eu não sei qual é a taxa de hoje, mas, fazendo fé naquilo que a Sr.^a Deputada diz, dos cerca de 40%, eu diria o seguinte: era mais baixa, de facto, mas era uma cristalização de perdas tremenda.

Alternativa quatro: cancelar a estrutura. Era preciso verem o resto. Quanto é que tínhamos de pagar para cancelar essa estrutura.

Portanto, na ponderação, de um lado, pagamento imediato, pagamento *upfront* (enorme) *versus* cancelamento da estrutura, foi entendido que não seria adequado cancelar a estrutura, fazendo esse pagamento, bem entendido.

Quanto ao *mark-to-market*, Sr.^a Deputada — porque já fez referência duas ou três vezes ao *mark-to-market* — deixe-me dizer-lhe o seguinte. Não tenho atual do *mark-to-market* das operações. Portanto, não conheço o relatório do IGCP. Salvo erro, referiu-se a março. E não tenho informação atual sobre o *mark-to-market* das operações.

Mas há uma coisa que lhe digo. Numas contas, enfim, se calhar, não muito certas, sobre uma análise de sensibilidade à variação das taxas de juro constata-se que poderá ter um impacto no *mark-to-market* da estrutura que pode variar 1%. A variação de 1% à taxa de juro pode ter um impacto na variação do *mark-to-market* desta estrutura que pode andar qualquer coisa entre uma e duas centenas de milhões de euros.

De resto, não sei se tem essa informação, eu não a tenho, repito, ou melhor, de 2012 temos todos, naturalmente, porque está no relatório e contas da empresa, mas as variações do *mark-to-market* dessa estrutura, em

31 de dezembro de 2012, *versus* setembro de 2013, com a variação que acontece, a variação real das taxas de juro... — e, se bem percebo, houve umas dezenas de milhões de euros de redução no *mark-to-market*.

Repito, para terminar: numa análise de sensibilidade e com umas contas que, se calhar, não serão absolutamente certas, podemos estar a falar de uma redução que vai de qualquer coisa entre uma e duas centenas de milhões de euros no *mark-to-market*, se a taxa de juro subir 1%.

O Sr. Presidente: — Sr.^a Deputada, tem a palavra.

A Sr.^a Ana Catarina Mendonça (PS): — Sr. Doutor, pode confirmar que em novembro de 2010 o Banco Santander sugere, de novo, terminar este *swap* de 11 de janeiro de 2007, para o qual o banco Santander financiaria o montante para o pagamento do *mark-to-market*?

O Sr. Presidente: — Sr. Dr. Braga Lino, tem a palavra.

O Sr. Dr. Paulo Frederico Agostinho Braga Lino: — Não, Sr.^a Deputada, não posso confirmar essa informação que a Sr.^a Deputada transmite pela razão simples de que não tenho aqui documentação que me permita fazê-lo.

O Sr. Presidente: — Sr.^a Deputada, queira prosseguir.

A Sr.^a Ana Catarina Mendonça (PS): — Sr. Doutor, peço desculpa por insistir..., mas, se puder, é possível enviar estes documentos à nossa Comissão?

O Sr. Presidente: — Sr. Dr. Braga Lino, tem a palavra.

O Sr. Dr. Paulo Frederico Agostinho Braga Lino: — Com certeza, Sr.^a Deputada. Verei a informação que a empresa me disponibiliza. Terei naturalmente de pedir essa informação à empresa e, se a empresa me disponibilizar essa informação, obviamente que a farei chegar à Comissão.

O Sr. Presidente: — Sr.^a Deputada, tem a palavra.

A Sr.^a Ana Catarina Mendonça (PS): — Sem prejuízo de eu regressar à segunda ronda, queria dizer-lhe, Sr. Doutor, que com estes últimos minutos, de facto, não se pode dizer que o Sr. Doutor não negociava, não conhecia e que não é um *expert* — *expert*, se calhar é exagerado —, mas que não é um conhecedor dos *dossiers*. E obviamente que tinha que ser, porque um diretor financeiro de uma empresa como a Metro do Porto, que negocia *swaps*, tem de ter conhecimento desta matéria.

Por isso, Sr. Doutor, volto ao início: não está explicada, para esta bancada, a sua saída do Governo. E não está explicada porque há uma explicação que a Sr.^a Ministra dá: a Sr.^a Ministra das Finanças diz que, enquanto responsável financeira na REFER, contratou *swaps* e que esses eram bons — passe a expressão, não disse bons, mas que esses não trouxeram prejuízos.

O Sr. Doutor, pelos vistos, saiu porque, como ficou demonstrado do anterior, há vários *swaps* que são, na designação do IGCP, «tóxicos, complexos» e até «muito maus».

Sr. Doutor, continuo a perguntar-lhe, porque acho que era importante sairmos daqui... Não foi o Sr. Doutor por sua iniciativa que disse: «Vou demitir-me por causa dos *swaps*»!... É porque, vou dizer-lhe: quem criou

esta trapalhada e quem criou o risco reputacional sobre outras pessoas e o Sr. Doutor foi, de facto, este Governo.

Por isso, a sua demissão não surge para se proteger, porque o Sr. Doutor sai como um dos responsáveis pelos maus contratos de *swaps* que foram feitos pela Metro do Porto.

Concluo pedindo-lhe que nos explique exatamente o que aconteceu e qual a justificação que lhe deram para ter de sair do Governo, quando outros colegas seus, que também contrataram *swaps*, ficaram no Governo.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Dr. Braga Lino.

O Sr. Dr. Paulo Frederico Agostinho Braga Lino: — Antes mesmo de falar sobre essa matéria da saída, deixe-me dizer e reafirmar o que já disse anteriormente — começo já por fazer esta declaração de intenções —, a Sr.^a Deputada disse aí uma coisa que é certa..., disse várias, naturalmente, mas uma que registei, em concreto: a de que eu conhecia os *dossiers*. Ah, pois conhecia! Mas conhecer os *dossiers* é muito diferente de ser «*expert* na matéria», para usar a expressão da Sr.^a Deputada. É completamente diferente de dizer que sou *expert* na matéria», segundo a expressão que a Sr.^a Deputada usou.

Portanto, uma coisa é conhecer os *dossiers* – e conheço! – e outra coisa é saber a forma como evoluíram os processos, as propostas que foram apresentadas, se não foram, quando foram, o racional, o momento de mercado, se o banco apresentou, se não apresentou...!

Se a Sr.^a Deputada me pergunta acerca da análise técnica de uma das propostas do Santander, em concreto, não saberei, se calhar, elaborar muito sobre essa temática, exatamente pela minha falta de especialização. No entanto, o conhecimento do *dossier*, o conhecimento do processo, isso

conheço, tenho de conhecer!, caso contrário, teria de dizer aqui que sou um completo irresponsável e eu recuso-me naturalmente a assumir esse papel, por razões óbvias. Portanto, os *dossiers* conheci-os! Isto relativamente aos *dossiers*.

No que diz respeito à saída do Governo, Sr.^a Deputada — e permita-me que recupere a minha resposta à Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, que neste momento não está na sala, mas os Srs. Deputados estão e sabem aquilo que eu disse no início —, eu não revelo conversas pessoais que tenha tido com quem quer que tenha tido.

Portanto, sobre essa temática da minha saída do Governo, com quem falei, em que momento e qual o teor das conversas, não farei qualquer tipo de declaração sobre essa matéria.

Estou naturalmente, penso eu, no meu direito.

A história foi esta, o processo foi este, a minha interpretação foi esta, a minha convicção foi a de que transmiti, e penso que nada mais tenho a acrescentar.

O Sr. Presidente: — Vamos agora passar ao Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Paulo Braga Lino, naturalmente há pouco questionou-se sobre qual era a origem da vinda do Sr. Doutor. Eu acho que há uma disponibilidade do Sr. Doutor em vir e houve grupos parlamentares que entenderam que fazia sentido essa disponibilidade concretizar-se. Portanto, aqui está e penso que tem sido útil a audição, pelo que quero agradecer-lhe a disponibilidade que tem tido para dar os esclarecimentos que deu.

Obviamente, muitas das perguntas estão esgotadas, quer pela intervenção inicial que o Sr. Doutor aqui fez quer pelas respostas que deu às inúmeras questões que já foram colocadas. Há uma, no entanto, que foi passando pelas várias intervenções e relativamente à qual que eu ainda não estou esclarecido, pelo que gostaria de recolocá-la.

O Sr. Doutor já esclareceu claramente que uma coisa é conhecer os processos, conhecer factos relacionados com os processos, o próprio conteúdo processual da negociação, outra coisa é ser especialista ou *expert* numa determinada matéria, ainda que essa matéria seja o objeto essencial de um contrato. Isso, tudo bem..., aceitamos como boa a explicação que o Sr. Doutor deu, mas não podemos aceitar como boa a ideia de que uma empresa contrata *swaps* com este tipo de responsabilidades envolvidas e que não haja na empresa ninguém que seja especialista ou *expert*. Portanto, o que pergunto, Sr. Doutor, é: na Metro do Porto, quem é que era *expert* nesta matéria e quem é que de facto percebia deste tipo de instrumento de gestão de risco, para que a empresa assumisse tais responsabilidades ao nível contratual?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Dr. Braga Lino.

O Sr. Dr. Paulo Frederico Agostinho Braga Lino: — Sr. Deputado, agradeço as palavras que me dirigiu.

Quanto à pergunta que coloca, diria o seguinte: desde logo, temos de fazer aqui uma separação ou pelo menos um esclarecimento e já irei à pergunta final que apresentou.

Quando celebrávamos este tipo de operações — e refiro-me, nesta parte da resposta, às operações que tinham financiamento e derivado associado... É porque, repito, na Metro do Porto não se contrataram

operações novas que não tivessem derivado associado; contrataram-se operações de reestruturação, que naturalmente não tinham financiamento associado, porque o subjacente era o mesmo da operação original.

Portanto, nessas operações de financiamento que tinham derivado associado havia uma dupla componente nessas propostas: havia a componente financiamento e havia a componente derivado. Por isso, também essa parte era analisada.

Quanto à questão que coloca, objetiva, precisa, sobre quem era especialista nesta matéria na empresa, reporto-me à minha intervenção inicial, uma vez mais — e lamento estar sempre ou com alguma frequência a dizer que me reporto à intervenção inicial, mas procurei que ela fosse tão abrangente quanto possível, de modo a poder desde logo e *ab initio* deixar alguns esclarecimentos —, para dizer que o primeiro responsável financeiro desta empresa e responsável em concreto por esta área de atividade do departamento administrativo e financeiro é um doutorado em finanças, professor universitário, reconhecido nesta e noutras matérias, independentemente — e não queria estar aqui a chamar à colação e o Sr. Presidente penso que compreenderá bem esta questão — de o próprio presidente executivo da empresa ser, à época, também um reconhecido professor de finanças sobre esta temática. Claro que dir-me-á assim: «Mas o Conselho de Administração não vai estar a fazer a análise técnica das propostas». Com certeza que não, como é evidente! Tem é uma capacidade de compreensão suplementar, se assim posso dizer.

Se me permitem, Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu até faria aqui uma clarificação sobre estas tais notas técnicas de que tanto se tem falado.

Eu diria que essas propostas que eram apresentadas tinham três componentes ou três áreas, como lhe quisermos chamar: uma eminentemente técnica, de análise de mercado; uma análise técnica das

próprias propostas de derivado; e, se me permitem o plebeísmo da expressão, uma outra parte «em português corrente», ou seja, do meu ponto de vista, ninguém poderá dizer: «Eu não percebia o que lá estava. Eu li aquelas propostas e li aquelas notas técnicas e não compreendia aquilo que lá estava».

Esta proposta que há pouco a Sr.^a Deputada Ana Catarina Mendonça referiu, de janeiro de 2007, tinha explicito o risco, como todas as propostas tinham, naturalmente. Em todas as propostas, tanto quanto me recordo, pelo menos naquelas em que participei, o risco estava envolvido — nos quadros de análise, nas notas de rodapé, nas explicações no tal «português corrente», se quiserem... Portanto, jamais alguém poderá dizer: «Eu não sabia. Eu li a nota e não compreendi o que lá estava».

De resto, também como disse na minha primeira intervenção, casos houve em que o diretor financeiro responsável por esta área foi a Conselho de Administração apresentar as soluções, apresentar as propostas, explicar as propostas — eu não sei, não estive lá, nunca participei em nenhum Conselho de Administração. Fui várias vezes à Comissão Executiva, mas nunca estive num Conselho de Administração da Metro do Porto — e portanto, se dúvidas existissem, certamente, imagino que terão sido colocadas.

Portanto, Sr. Deputado, este era o enquadramento, este era o racional para a preparação destas notas.

O Sr. Presidente: — Queira continuar, Sr. Deputado.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Sr. Doutor, então, o que podemos entender é que, do ponto de vista da habilitação à decisão, era o primeiro diretor financeiro que, de facto, tinha esta *expertise* que permitia

que as notas técnicas tivessem todo o conteúdo relativo aos derivados que habilitasse a uma decisão?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Paulo Frederico Agostinho Braga Lino: — Podemos concluir, Sr. Deputado, na minha opinião, que havia uma equipa que fazia a análise das propostas que nos chegavam: muitas delas eram rejeitadas *ab initio* e nem sequer tinham sequência; outras pareciam-nos mais adequadas e eram submetidas a decisão, sendo certo que toda essa análise técnica tinha na cúpula um responsável que era, como referi, professor universitário de finanças e uma pessoa seguramente mais habilitada do que eu para fazer este tipo de avaliação e análise sobre o racional das propostas.

O Sr. Presidente: — Queira continuar, Sr. Deputado.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — O Sr. Doutor falou aqui no conteúdo das notas técnicas e nas três partes das notas técnicas. Caracterizando — e isto é importante —, a análise de mercado normalmente toda a gente percebe como é feita, não sugere grande complexidade; na análise do conteúdo do derivado em concreto, aí já é preciso naturalmente ter um conhecimento sobre derivados para fazer a análise desse conteúdo; e, embora possa não parecer, a terceira parte é a mais complicada de todas, porque tem alguém de perceber tanto deste tipo de instrumentos que consiga não só compreendê-lo como explicá-lo. E muitas vezes há gente que compreende e não sabe explicar!

O Sr. Bruno Dias (PCP): — E o contrário também!

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Às vezes também. É mais complicado ainda...!

Portanto, para conseguir fazer essa terceira parte, em que «se trocava por miúdos» aquilo que era o conteúdo do contrato, é preciso perceber mesmo muito deste tipo de contratos. Basta ver um destes contratos e sujeitá-lo à análise de juristas, de economistas, de pessoas que têm uma formação genérica em áreas importantes para a avaliação do contrato e não conseguem fazer essa avaliação e muito menos transformar nessa linguagem corrente.

Quem é que tinha esta capacidade? Era só na cúpula? Era só o diretor que tinha essa capacidade e, portanto, isto chegava até ao nível do diretor para ser ele a fazer esta parte concreta das análises dos contratos?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Paulo Frederico Agostinho Braga Lino: — Sr. Deputado, como eu disse há pouco, havia uma equipa técnica a trabalhar sobre essa matéria, isto é, uma primeira «triagem», para usar a expressão do Sr. Deputado Adão Silva há pouco, sobre as propostas. Depois de fazer essa «triagem» das propostas, era feita a sua análise muito cuidada, sendo que, após essa análise, primeira, segunda, chamemos-lhe o que quisermos, as propostas eram todas e sem nenhuma exceção, analisadas, com pormenor...

Aparte inaudível do Deputado do PCP Bruno Dias.

Não é o pormenor do contrato, não estamos na fase do contrato, Sr. Deputado! Estamos na fase da análise técnica de propostas, que são coisas

diferentes! São coisas diferentes! Depois, a seguir, vem o contrato, quer o de financiamento quer o de derivado.

Mas, na fase seguinte, dizia eu, após essa primeira análise técnica estar feita, era sempre — mas sempre! — discutido e analisado o detalhe do derivado. O financiamento, se calhar, menos, porque o financiamento, estamos a falar da taxa, da maturidade, se era *amortizing*, se não era *amortizing*, portanto, aí nem tanto... Nem tanto no sentido de que não carecia de tanto consumo de tempo. Portanto, o que acontecia era que, após essa análise técnica, todas as propostas, sem nenhuma exceção, eram obviamente submetidas, discutidas, analisadas com o responsável por esta área de atividade, como é óbvio.

O Sr. Presidente: — Queira continuar, Sr. Deputado.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Sr. Doutor, e quem eram as pessoas dessa equipa técnica? Quantas eram? Quais eram as suas competências? Porque nós temos a noção de que este tipo de mecanismo de derivados não era, anteriormente, uma área essencial para a empresa. Portanto, a questão é: foram recrutadas pessoas especialmente com este tipo de competências? Deu-se o caso de, no quadro da empresa, haver a coincidência de estarem lá pessoas que compreendiam este tipo de propostas e que, portanto, as sabiam analisar? Como é que foi constituída essa equipa? Que tipo de competências é que essas pessoas tinham?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Paulo Frederico Agostinho Braga Lino: — Essa equipa foi sofrendo alterações ao longo do tempo por ajustamento entre

departamentos, basicamente, e era uma equipa que tinha formação de base na área de finanças, obviamente e que foi naturalmente e ao longo do tempo criando *expertise* sobre a matéria — como digo, tendo por consabido que por cima estava realmente um doutorado nesta área de finanças empresariais.

Essa equipa era pequena, porém, muito dedicada, deva dizer-se em abono da verdade. Que fique registado que era uma equipa dedicadíssima e que ao longo do tempo foi fazendo também formação esta matéria, sendo certo que já tinha alguma formação de base sobre estes temas também.

O Sr. Presidente: — Queira continuar, Sr. Deputado.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Sr. Doutor, não me leve a mal, mas podemos concluir — e isto não atenta de forma alguma em relação aos próprios, e eu queria salvaguardar isto, embora à organização da empresa já seja difícil que não atente... Mas, de facto, temos de tirar aqui a conclusão seguinte: enquanto de um lado estavam pessoas altamente especializadas a elaborar as propostas, ao mesmo tempo, do outro lado, a analisá-las, estavam pessoas que, diria, tendo uma formação de base inquestionável sobre esta área concreta, estavam a aprender ao mesmo tempo que iam analisando.

Portanto, havia aqui um desequilíbrio muito grande entre o conhecimento técnico de quem está a propor e o conhecimento técnico de quem está a analisar. Posso concluir isto ou não?!

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Paulo Frederico Agostinho Braga Lino: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, há sempre uma...

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Assimetria de informação.

O Sr. Dr. Paulo Frederico Agostinho Braga Lino: — Não, não é assimetria de informação. Há sempre um desacerto e uma assimetria não de informação, mas de *know-how* e, obviamente, também de informação. Por isso é que, em determinado momento, designadamente em reestruturações mais complexas, tivemos oportunidade de propor a contratação de alguém de fora para nos assessorar nessas matérias, com mais *know-how* para essas reestruturações, que eram mais difíceis, naturalmente, em consequência da hecatombe, do colapso do mercado que ninguém previa, porque, nesses momentos e nessas condições, obviamente, os processos de reestruturação tornam-se muitíssimo mais difíceis. É muito mais fácil reestruturar uma operação que tem um *floor* a 2%, quando a taxa está a 3% ou a 4% do que quando a taxa está a 0,4%, a 0,5% ou a 1% ou o que quer que seja. Por isso mesmo, repito, é que, nesses momentos, entendemos submeter a decisão e foi aprovada em dois casos e rejeitada num terceiro, neste caso concreto da operação de 2007, a contratação de uma entidade externa mais avalizada, com uma capacidade, de resto, como disse aqui a ex-administradora financeira da empresa, com mais capacidade técnica, mas, sobretudo, com mais capacidade negocial, porque, usando a expressão da Sr.^a Administradora, tinha estado do outro lado.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Sr. Doutor, só para concluirmos esta parte, em relação às propostas que eram feitas pela Direção Financeira, houve casos em que o Conselho de Administração pedisse à equipa para fazer reavaliações, que rejeitasse as soluções propostas pela Direção Financeira? Ou, na generalidade dos casos ou até, eventualmente, na totalidade, aquilo que era proposto pela Direção Financeira era aceite pela Comissão Executiva ou pelo Conselho de Administração, consoante tivesse de se pronunciar um ou outro?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Paulo Frederico Agostinho Braga Lino: — Sr. Deputado, com 15 operações de derivados — 9 operações novas e as tais 6 reestruturações, como fiz referência inicialmente — e, para além dessas, produzi ou participei na produção de dezenas, dezenas e dezenas, provavelmente mais de uma centena, aliás, seguramente mais de uma centena de notas técnicas, e de todas as matérias, não apenas desta, em concreto, diria que não me recordo — não posso afirmar categoricamente que assim seja, mas não me recordo — de que tenha havido rejeição, por parte da Comissão Executiva ou do Conselho de Administração, de alguma das propostas apresentadas — não me recordo —, com exceção daquela que, há pouco, referi, de contratação da assessoria financeira especializada para a reestruturação do *swap* de janeiro de 2007, que o Conselho entendeu não prosseguir em 29 de junho de 2011.

Das outras notas, confesso que não me recordo de ter havido alguma rejeição, sendo certo que algumas das notas, como, certamente, poderão ver, pois penso que tiveram acesso a essa documentação ou, pelo menos, a alguma dela, não apresentavam condições finais, porque as condições finais

tinham de ser feitas no momento da contratação. Mas se, no momento final, no momento do fecho da operação, as condições se degradassem de forma significativa, obviamente, não contratávamos sem, primeiro, obter nova aprovação. Normalmente, havia um ligeiro ajustamento das condições finais, mas eram as próprias condições de mercado. Estaríamos, normalmente, a falar de dias e, por vezes, o que acontecia era haver um ligeiro ajustamento, mas, mesmo em face desse ajustamento, depois, era feita a comunicação, para a Comissão Executiva, das condições finais contratadas.

O Sr. Presidente: — Queira prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Sr. Doutor, podemos concluir, então, que a confiança que a Comissão Executiva e o Conselho de Administração tinham no trabalho técnico que era feito pela Direção Financeira era total e, portanto, de que o Sr. Doutor se lembre, houve um único caso, mas esse já foi, inclusivamente, aqui explicado.

Quero, agora, abordar outra questão. O Sr. Doutor também disse aqui que havia dezenas e dezenas de propostas de derivados que não estavam associados a financiamentos e que eram propostos à empresa, não diria todos os dias, mas com muita frequência. Quem eram as instituições financeiras que faziam estas propostas?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Paulo Frederico Agostinho Braga Lino: — Sr. Deputado, se me está a pedir os nomes das instituições financeiras que faziam estas propostas, devo dizer que a minha memória, e tenho uma razoável

memória, já não é o que era, não vou a esse ponto... Não vou a esse ponto, assim como já não vou ao ponto de decorar as matrículas dos automóveis...

Risos.

Mas se a intenção da pergunta — e não estou a querer subentender, estou apenas a pensar alto — é a de saber se eram instituições financeiras nacionais ou internacionais, grandes ou pequenas, posso dizer-lhe que eram de todo o tipo: instituições financeiras nacionais, instituições financeiras internacionais, propondo coberturas de taxas de juro ou instrumentos de gestão de risco financeiro, se quisermos, melhor dito, sobre operações de financiamento que essas próprias instituições tinham feito, que outras instituições tinham feito, de todas as naturezas, diria, de todas as partes do mundo, se quiser, de bancos nacionais e internacionais.

O Sr. Presidente: — Pode continuar, Sr. Deputado.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Sr. Doutor, basicamente, podemos ir por aí, mas, apesar de tudo, não é a mesma coisa, há muito menos instituições financeiras do que automóveis, pelo que é um pouco mais fácil ter memória sobre isso.

Sr. Doutor, a intenção da pergunta é saber se aquelas instituições que vieram a celebrar contratos de gestão de risco associados a financiamentos eram instituições financeiras que tinham proposto operações de derivados à Metro do Porto, nas condições que referiu, nessa altura, quando falou de dezenas e dezenas de propostas que chegavam à Metro do Porto.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Paulo Frederico Agostinho Braga Lino: — Sr. Deputado, não sendo muito grande o mercado financeiro, as instituições financeiras nacionais e internacionais, a operar em Portugal — estou de acordo com o Sr. Deputado relativamente à questão das matrículas... — e tendo a Metro do Porto um contacto regular com várias ou múltiplas instituições financeiras, as mais das vezes por iniciativa das próprias, para apresentação dessas tais propostas de derivados, mas não só, às vezes, para apresentação de propostas de financiamento em momentos que considerámos que não eram oportunos ou com maturidades que considerámos que não eram ajustadas, ou com condições financeiras que considerámos que não eram razoáveis, pelas mais variadas razões, ao longo do tempo, inúmeras, inúmeras instituições, como disse, foram apresentando propostas de derivados. Algumas delas celebraram, a seguir, contratos de gestão de risco financeiro com a Metro do Porto, porque fizeram financiamento, outras não contrataram instrumentos de gestão de risco financeiro com a Metro do Porto, porque não fizeram financiamento. Casos haverá — e estou a ver se me recordo de algum —, mas, sim, há, pelo menos, um caso que celebrou um contrato de derivado sem ter feito financiamento, num processo de reestruturação. Não sei se era esta a questão e se respondi.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Era exatamente isso, Sr. Doutor. O que quero perguntar, subsequentemente, é se operações de derivados que eram propostas à Metro do Porto e que eram rejeitadas liminarmente, ou seja, que não entravam pela porta, depois, quando eram consideradas integradas em operações de financiamento, podiam ter

entrado pela janela. Isto é: eu gostava de saber se é capaz de nos dizer que esse tipo de derivados que foram propostos isoladamente nunca vieram, depois, a integrar os financiamentos, em função da necessidade da empresa, de reestruturação de financiamentos e de associação de instrumentos de gestão de risco a esses financiamentos, e nunca foram exigência das instituições financeiras como contrapartida ao financiamento, havendo coincidência entre as instituições financeiras e as instituições financeiras que tentaram, junto da Metro do Porto, propor e apresentar determinado tipo de derivados e tiveram a rejeição liminar da Metro do Porto.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Paulo Frederico Agostinho Braga Lino: — Sr. Deputado, como facilmente imaginará e, uma vez mais, apelo às minhas limitações de memória, não poderei dizer que não tenha havido uma proposta, duas propostas — também não podem ter sido muitas, como imaginará, já que foram tão poucas as operações de financiamento que contratámos, aliás, foram nove, mas não consigo, neste momento, de memória, dizer isso — de derivado anterior que não tenham sido incluídas, a seguir, numa proposta que também incluísse financiamento. Não posso fazer esse tipo de afirmação, porque não estou seguro para o fazer.

De qualquer forma, há pouco, disse que as propostas eram liminarmente rejeitadas — não sei se usei a expressão «liminarmente», mas também não é relevante —, porque não traziam financiamento ou não o incorporavam, no sentido de que vinham isoladas e as entidades financeiras propunham contratar esses instrumentos derivados sobre financiamentos já existentes na empresa, mas diria ainda que a grande maioria dessas propostas não era rejeitada por ser má, em si mesma; elas eram rejeitadas,

porque entendíamos que não devíamos fazer contratação de derivados sobre financiamentos que já tínhamos.

Esta foi a estratégia seguida a partir de julho de 2006. Dir-me-á assim: «Mas, então, não havia propostas de derivados que até podiam beneficiar algumas operações de financiamento que já tinham?». Ora, em janeiro de 2006 — e, uma vez mais, temos de nos posicionar no tempo —, perdão, em julho de 2006, a estrutura de financiamento da empresa não era a que depois se verificou e, nomeadamente, a que existe hoje, porque, em julho de 2006, a empresa tinha uma carteira de dívida de cerca de 1600 milhões de euros, sendo que apenas 380 milhões eram de médio e longo prazos — de financiamento bancário, no sentido puro do termo —, havia uma parte que tinha a ver com *leasing* operacional, o grosso da coluna, na altura, era BEI e, depois, havia também linhas de curto prazo com uma utilização, como disse há pouco, muitíssimo elevada. Portanto, a quantidade, se quisermos, o volume de financiamento existente em operações de entidades financeiras de médio e longo prazos e as operações fruto, uma vez mais, do mercado e do momento em que tinham sido contratadas, não era tal que se revelasse, do nosso ponto de vista, a necessidade de contratar instrumentos financeiros derivados sobre esse financiamento que já existia.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Sr. Presidente, uma última questão, no tempo que me resta.

Sr. Doutor, indo, exatamente, ao contexto da empresa, aliás, o Sr. Doutor já o referiu aqui, várias vezes, e é importante — o investimento crescente que estava decidido pelo acionista Estado, o esgotamento da

garantia da República, o apoio inexistente do Estado para injetar capital diretamente, as linhas de curto prazo esgotadas e a indisponibilidade da banca portuguesa para financiar —, foi nesse contexto que o financiamento teve associados estes instrumentos de gestão de risco. A pergunta que lhe faço é muito objetiva: se o contexto da empresa fosse diferente, haveria condições para que se tivesse conseguido financiamento sem recurso a este tipo de instrumentos?

A minha segunda pergunta, se a resposta à primeira for afirmativa, é a seguinte: o facto de uma empresa como esta ter como acionista o Estado e estar nesta situação, correndo estes riscos, não impunha ao acionista um acompanhamento muito mais próximo deste tipo de operações e das condições de financiamento da empresa, de modo a que pudessem cumprir a decisão política do acionista?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Dr. Braga Lino.

O Sr. Dr. Paulo Frederico Agostinho Braga Lino: — Sr. Deputado, começando pelo fim, como compreenderá, não quero fazer comentários sobre as decisões que o acionista tomou, de acompanhar ou não acompanhar, de fazer um acompanhamento mais intenso ou menos intenso, pois, certamente, o acionista fez o acompanhamento que entendeu que devia fazer. Portanto, não quero elaborar sobre esse tema ou fazer comentários sobre essa matéria.

Relativamente à questão dos financiamentos, em que o Sr. Deputado disse, se bem compreendi a pergunta, que, se houvesse alternativa, a empresa teria contratado financiamento sem instrumentos de gestão de risco financeiro — não sei se foi exatamente esta a pergunta...

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Sem este tipo de instrumentos, ou seja, se a margem de discricionariedade para aceitar ou não aceitar ou para negociar outro tipo de instrumentos de gestão de risco existiria se o contexto da empresa fosse outro.

Não digo sequer o contexto do mercado; pergunto-lhe, sim, se o próprio contexto da empresa fosse outro, se a empresa não tivesse as limitações e as exigências que tinha do ponto de vista do investimento, se era ou não possível à empresa contratar financiamento sem a exigência, por parte das entidades financiadoras, da celebração deste tipo de instrumentos de gestão de risco.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Paulo Frederico Agostinho Braga Lino: — Sr. Deputado, dir-lhe-ia o seguinte: se os volumes de investimento aprovados não fossem da ordem que eram — hoje, a empresa tem mais de 2,5 mil milhões de euros de investimento realizado —, se os volumes de financiamento não fossem esses, ou seja, se as necessidades de financiamento fossem substancialmente menores, provavelmente a empresa teria conseguido em mercado financiar-se sem que fosse exigida a contratação (repito: exigida) de instrumentos de gestão de risco financeiro.

Porquê? Porque as entidades financeiras até um determinado momento financiaram e, a partir de um determinado momento, começaram a esgotar desde logo linhas de crédito para a empresa, pois os volumes de dinheiro necessários eram enormes, portanto, as entidades financeiras começaram «a exigir» — entre aspas — contrapartidas.

Refiro o exemplo que há pouco dei aos Srs. Deputados, quando falei na situação de agosto de 2010, salvo erro, em que não só nos foi exigida a prestação de garantia da República como em cima dessa garantia foi exigida uma outra garantia. Essa operação não se fechou, devo dizer.

Numa primeira fase, essa entidade financeira disse: «Queremos garantia da República e queremos garantia real sobre os veículos» e mesmo assim no final da negociação comunicou: «Afinal, não temos linhas de crédito e não temos condições para fechar a operação» e a operação não se fechou; fizemos só o tal empréstimo obrigacionista de que falei há pouco, também com garantia da República e esse, sim, com um banco nacional.

O Sr. Presidente: — Agora, tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Paulo Frederico Agostinho Braga Lino, obrigado pela sua participação e pela sua vinda a esta Comissão.

Perdoe-me a ironia, mas V. Ex.^a disponibiliza-se a sair do Governo e sai; V. Ex.^a disponibiliza-se a vir cá e vem — e é bom que venha...! Portanto, estamos a registar com muito interesse as suas informações e os seus esclarecimentos.

Para que haja uma contextualização — e o senhor tem feito muita questão, e compreende-se, em sublinhar o contexto e o momento em que aqueles contratos foram firmados —, vou colocar-lhe uma questão. Desculpe-me o plebeísmo e a simplicidade da pergunta: *grosso modo* este dinheiro era para quê?

Grande parte do financiamento que existia na estrutura, à época, era *leasing* operacional; o grosso da coluna era *leasing* operacional. Na

estrutura de financiamento que enunciou há pouco reportado à época, ao início destas operações, havia uma parte substancial que era *leasing* operacional e o grosso da coluna no financiamento era o Banco Europeu de Investimentos — penso que percebi bem.

Pergunto-lhe o seguinte: era um pouco de tudo? Havia situações muito diversas? Era essencialmente para infraestruturas de longa duração, para material circulante? Qual era o objetivo fundamental? Ou estamos a falar de tesouraria e refinanciamento da empresa? Pode explicar esses objetivos, por favor?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Paulo Frederico Agostinho Braga Lino: — Sr. Presidente. Sr. Deputado, muito obrigado pelas suas perguntas, porque me permitem clarificar aquela estrutura de dívida de que há pouco falei relativa ao final de 2006.

Não tenho agora, aqui, os dias precisos, mas em dezembro de 2006 a empresa tinha uma estrutura de dívida de cerca de 1,6 mil milhões. Desses 1,6 mil milhões, cerca de 744 milhões eram do Banco Europeu de Investimento (BEI); 250 milhões eram o tal *leasing* operacional de que falei há pouco; 265 milhões eram curto prazo; e 380 milhões eram médio e longo prazos.

O crescimento do endividamento da Metro do Porto tem que ver, diria, com três fatores.

Primeiro fator: investimento em infraestrutura, que era de longe, como compreenderá, à época (hoje, não é, porque atualmente a empresa praticamente não tem investimento), a maior fonte de consumo de recursos financeiros.

Segundo fator: a operação.

A partir de 2001, a Metro do Porto está a operar — de forma regular, bem entendido — e a operação também consome recursos financeiros. Aliás, o primeiro contrato de operação, se a memória não me falha, é de cerca de 100 milhões de euros para os primeiros cinco anos de operação.

Portanto, a infraestrutura é acima de tudo e de longe o maior consumidor de recursos financeiro e a operação.

Terceiro fator: material circulante.

O segundo fornecimento de veículos para a Metro do Porto, no valor de cerca de 110 milhões de euros, uma vez que os primeiros veículos estão neste *leasing* operacional.

E também, necessariamente, a partir de uma determinada altura, como é óbvio, os encargos financeiros, ou seja, a necessidade de financiar o pagamento do serviço da dívida.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Essa última componente começa a ganhar mais relevância a partir de que altura?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Paulo Frederico Agostinho Braga Lino: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, neste momento, não lhe consigo dizer com toda a precisão (de facto, não consigo ter esses números de cabeça), mas em 2006 já tinham algum significado com 1600 milhões de euros de dívida.

Não tenho disponíveis, neste momento, os relatórios e as contas de empresa. Se assim o entender, posso consultar, mas nessa altura já tinham

bastante significado os encargos financeiros que a empresa suportava.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, quando o senhor mencionou a questão da absoluta necessidade de obter financiamento naquela altura, sob pena de não honrar os compromissos assumidos, estava a referir-se a compromissos assumidos para com a população da região ou a compromissos assumidos no âmbito do *project finance* e da PPP Metro do Porto..., perdão, no âmbito do projeto Metro do Porto, contratualmente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Paulo Frederico Agostinho Braga Lino: — Sr. Deputado, agradeço-lhe a correção que fez, porque, de facto, não havia um *project finance* na altura e não é uma PPP, mas, sim, o projeto da Metro do Porto.

Quando falei, há pouco, de compromissos assumidos estava naturalmente a falar de contratos de investimentos que tinham sido celebrados (decididos pelos acionistas, como é óbvio) com as mais diversas entidades.

Julgo que sabe que há um adjudicatário principal do projeto da Metro do Porto, que é um agrupamento complementar de empresas. Digamos que o grosso do investimento está centrado nesse adjudicatário, mas não é o único adjudicatário, como é óbvio, de todas as obras que a Metro do Porto levou a efeito para a sua implantação, portanto, para o desenvolvimento da sua infraestrutura.

Quando falei em honrar os compromissos, referia-me precisamente a

pagar a esses fornecedores. Naturalmente, havia muita gente dependente daquele projeto, com é bom ver; ele era, à época, o maior projeto de transportes em curso na União Europeia e o maior projeto de investimento em Portugal na área das infraestruturas — se bem me recordo e se a memória não me traiçoa.

Portanto, quando o Sr. Deputado me questiona sobre de que natureza eram os compromissos que eu disse que tínhamos de honrar, respondo-lhe que tínhamos de honrar estes compromissos e, obviamente, que tínhamos de falar nos compromissos — como diz, e bem, do meu ponto de vista — para com as populações.

Sr. Deputado, diria que se calhar poderia nada ter sido feito.

Quando chegamos a um momento em que não há financiamento, em que o financiamento se esgota, ou em que é feito nas condições que estamos hoje, aqui, a discutir, a administração da empresa poderia entender — e estou particularmente à vontade para falar, como imaginará, porque não era, nunca fui e não sou administrador da empresa — nada fazer.

Ora, o que não teríamos certamente era um sistema de metro ligeiro na Área Metropolitana do Porto, sem bem percebi a questão do Sr. Deputado, com as consequências daí resultantes para as populações da Área Metropolitana.

E dou só, aqui, dois números: estamos a falar, até ao final de 2012, de mais de 400 milhões de passageiros transportados e de menos 40 milhões de viagens/deslocações em automóvel. Digamos que a avaliação feita é essa, independentemente da melhoria ambiental e de muitas outras externalidades que foram já devidamente apuradas.

Portanto, de facto, há este tipo de compromisso: há o compromisso com as populações e há o compromisso, obviamente, com que tínhamos contratualizado o investimento e que tinha que ser, naturalmente, pago.

Se o Sr. Presidente me dá licença, queria só fazer um complemento à minha resposta anterior, quando o Sr. Deputado, há pouco, pôs a questão dos encargos financeiros. Em 2006, e eu recuperei os elementos, foram pagos cerca de 40 milhões de euros de encargos financeiros.

O Sr. Presidente: — Queira continuar, Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — A questão que quero colocar-lhe tem que ver com o preço das coisas, o preço das opções. Uma obra por mais importante que seja tem um preço, tem um valor, e nós podemos ir até determinado ponto por ela — não sei se me faço entender...?

Na sua explicação disse-nos que os senhores nunca esperavam, em 2006 e em 2007, que a Euribor chegasse perto do zero, tal como a esmagadora maioria das pessoas, especialmente nesta área. O que lhe pergunto é se, ao não esperar que a Euribor chegasse perto do zero, liminarmente excluíram esse cenário, isto é, se consideraram que nunca tal poderia acontecer. Faço-me entender, Sr. Doutor?

O Sr. Presidente: — Pode responder, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Paulo Frederico Agostinho Braga Lino: — Sr. Deputado, se o que me pergunta é: «Fizeram avaliações de cenário para taxas zero? Fizeram simulações com taxas zero?», a resposta é não. Tanto quanto me recordo e tanto quanto é do meu conhecimento, não!, e por uma razão simples. Agora, permita-me que faça uma comparação, Sr. Presidente.

Hoje, para estar aqui, eu vim do Porto e tive que fazer uma opção: ou vinha de automóvel ou não vinha de automóvel e, não obstante os alertas da Proteção Civil para as condições meteorológicas, arrisquei e vim de

automóvel, porque o tempo no Porto não está assim. Se tivesse de tomar a decisão a meio da viagem, provavelmente não tinha vindo de automóvel — a meio da viagem, provavelmente não —, e depois, mais à frente, se tivesse de tomar a decisão, diria: «Com certeza que sim». E, quando cheguei a Lisboa, disse que seria uma asneira não ter vindo de automóvel, até pela flexibilidade que isso me dá.

Portanto, o que lhe digo é o seguinte, Sr. Deputado: num determinado momento, com o consenso de mercado que existia, com a informação que nós tínhamos — e reportando-me ao gráfico que ali está projetado no terceiro *slide*, à parte que nós não conhecíamos — eu diria que só podíamos, e não é só podíamos, porque podíamos tudo, naturalmente; até podíamos — porque é uma expressão que tem vindo a ser muito utilizada — especular noutro sentido... Mas nós não fazemos especulações!! Na Metro do Porto, pelo menos de 2006 a 2011, e eu diria nunca, não há especulação, não há apostas, não há jogos, há um racional para as decisões.

Portanto, naquele momento de mercado, com aquele contexto da empresa, nós tínhamos de tomar uma opção e a opção foi essa, mas poderia, eventualmente, ter sido outra.

Sr. Deputado, deixe-me dizer-lhe, porque muitas vezes é referida a questão dos *plains vanilla* e afins, o seguinte: se tivesse sido nesse sentido, se calhar hoje estávamos a discutir esse tipo de opções. Mas não estamos, estamos a discutir estas! Temos é de contextualizar-nos, temos de posicionar-nos no tempo e conseguir fazer um esforço muito grande para raciocinar com base nos dados que tínhamos no momento para, no nosso caso, podermos não tomar a decisão mas, sim, propor a tomada de decisão.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, diria que a grande diferença entre a analogia, que o Sr. Doutor acaba de fazer, da sua viagem de carro do Porto para aqui e a contratação dos derivados neste processo é que na Metro do Porto o dinheiro não era vosso.

Portanto, se quisesse fazer uma analogia mais próxima da realidade do processo dos contratos que firmou na empresa, poderia, eventualmente, dizer que havia um «aviso laranja» ou um «aviso vermelho» da Proteção Civil e o autocarro cheio de crianças, que o senhor ia transportar, afinal chegou ao destino ou então não.

Neste caso, do ponto de vista destes contratos de financiamento, não foi uma viagem tão tranquila como a sua viagem de carro até Lisboa, hoje, pois há aqui uns acidentes de percurso... Logo, é exatamente aí que toca a minha questão. É porque a tranquilidade de uma decisão que tem a ver com a nossa vida pessoal pode ser muita ou pouca (ou não!), mas quando se trata do mandato de uma empresa que lida com dinheiros públicos — ou privados!..., com dinheiro que não é nosso, e de uma Direção Financeira que lida com recursos de uma empresa, aí é outro nível de responsabilidade, outro nível, diria, de prudência, de cautela, outro nível de retração nas opções e na audácia das decisões — não quero dizer aventura, nem outra coisa; digo a audácia das decisões!

E, portanto, há consenso de que a Euribor nunca há de descer perto do zero, mas a questão é esta: é possível que chegue! Daí a minha próxima pergunta. Disse-nos que na empresa não fizeram análises de cenários ou simulações para situações da Euribor próxima do zero. Pergunto, então, quais eram os testes, as análises de cenário e as simulações que faziam a esse tipo de propostas e de contratos?

Já agora adianto-lhe — isto é interessante para si, com certeza — que

temos aquele famoso contrato de *swap* de janeiro de 2007, o chamado teste simulação Monte Carlo visível neste [gráfico](#), em que todos os cenários admissíveis são colocados em cima da mesa e, então, na melhor das hipóteses havia um ganho de 34 milhões de euros e na pior das hipóteses, que foi o que aconteceu, de 450 milhões de euros.

É como vir do Porto para Lisboa num automóvel em que o prémio do seguro custa cinco vezes mais do que o valor do carro!... Foi o que aconteceu aqui! É um mecanismo prudencial de gestão do risco associado à taxa de juro em que o seguro fica cinco vezes mais caro do que aquilo que está subjacente!

Dirá que é a franquia, mas há um problema: neste caso, do potencial já passámos ao real! Do potencial já passámos ao real!... Ou seja: quando estamos a falar de perdas potenciais — e há muita gente, incluindo o Dr. Braga Lino, que sublinha, e repete, que é perda potencial —, neste caso, estamos num cenário em que a perda potencial, que é de mais de 1000 milhões de euros, já vai em 370 milhões de euros, neste momento!!

Em relação a este contrato, e porque se trata de um *swap snowball*, cada trimestre torna a fatura mais pesada e, portanto, neste quadro, já estamos, com certeza, a uma taxa de mais de 30% — e ainda estamos a nove anos da maturidade! Se chegarmos ao final, poderá ser pior do que isto? Poderá!!

A pergunta que lhe faço novamente é esta: neste contexto de análise de todas as situações admissíveis, fica muito claro que essa análise pode ser feita agora como podia ter sido feita na altura, porque falamos de todos os cenários! E não vale a pena dizer que na altura não sabíamos o que sabemos hoje, porque matematicamente isto podia ter sido feito. Pergunto-lhe: porque é que isto não era feito? E o que é que era feito em vez disto?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Paulo Frederico Agostinho Braga Lino: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, deixe-me referir, em primeiro lugar, à questão de que, na Metro do Porto, o dinheiro não era nosso. Pois não, é de todos, é de 10 milhões de pessoas! E essa é a razão por que não havia uma «mente iluminada» que decidia: «É isto! É esta operação que vamos contratar!» Não! Era uma equipa; bem ou mal, competente ou pouco competente, mas era uma equipa que fazia a análise e era um órgão de gestão que tomava a decisão. Sempre! Sempre!!

Portanto, não é de todo comparável com a analogia que fez entre o dinheiro ser meu ou o dinheiro ser da empresa. Naturalmente, se o dinheiro fosse meu, eu tomava a decisão sozinho, se a pudesse tomar! Não era o caso, como expliquei, porque não tínhamos capacidade de decisão.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — «O carro não era meu»...!

O Sr. Dr. Paulo Frederico Agostinho Braga Lino: — Relativamente à operação de que fala em concreto, Sr. Deputado, não conheço o gráfico que tem em seu poder, com as simulações que apresentou, nem conheço a informação que ele contém.

Não sei que gráfico é esse, mas uma coisa é certa, e repito: simulações para hecatombes e para colapsos não fizemos; não era a prática! Obviamente, se calhar, hoje somos todos muito mais prudentes do que éramos antes. E não é nestas operações, é em tudo, como é evidente, é na vida; se calhar, somos muito mais prudentes.

Sr. Deputado, deixe-me fazer duas notas.

Primeira: em janeiro de 2007 contratámos essa operação, em julho de

2007, aliás, com base numa proposta de julho, mas a contratação, julgo, já é de agosto, contratámos uma outra, também *snowball* — que fique claro —, sendo que nessa segunda estrutura (em 2007! Não estou a falar nem de 2009 nem de 2010, estou a falar de 2007!) eliminámos a barreira inferior e ampliámos a barreira superior. Estou a falar de sete meses depois!

Aparte inaudível do Deputado do PCP Bruno Dias.

É um contrato novo, com financiamento subjacente! Curiosamente, é um contrato que tem o financiamento de um banco e um *swap* que foi repartido por dois bancos. De resto, julgo que este aspeto já foi referido anteriormente, noutras audições.

Esse contrato, celebrado em julho de 2007, tem neste momento uma taxa líquida de financiamento de 1,5% ou 1,6%. A pergunta que eu teria a tentação de fazer é esta: parece boa esta taxa? Ou parece má?

Mas digo mais, e este é um ponto muito importante, se bem compreendo estas coisas, aliás, tenho dito isto desde o início desta audição: não podemos, ou não devemos, desinsérer as operações (sem prejuízo de as operações se revelarem menos boas; não é disso que estamos a falar) de um contexto e de uma gestão de uma carteira de dívida.

Como eu disse há pouco, temos uma carteira de dívida superior a 2,5 mil milhões de euros, que já em dezembro de 2006 era superior a 1,6 mil milhões de euros, com maturidades longas, e tínhamos, tal como a empresa tem hoje também, naturalmente, um *all-in-cost*, um custo da dívida para gerir. Em cada momento temos de tomar as decisões que nos parecem mais acertadas.

Naquele momento, o nos pareceu razoável — a nós e a muitas entidades, o tal consenso de mercado — foi proteger a empresa da subida

das taxas de juro. Em dezembro de 2006/janeiro de 2007, estávamos a falar (e o gráfico indica isso bem) de taxas de cerca de 4%, sendo que a Euribor continuou a subir. Portanto, a preocupação foi a de proteger a empresa das subidas da taxa de juro, foi a busca da redução de encargos financeiros, que, como disse há pouco, eram muito elevados e tinham, naturalmente, um peso muito grande na necessidade de financiamento para suportar o serviço da dívida.

Desta forma, o que precisamos de ver é a evolução do lado do *mark-to-market*, necessariamente. Julgo que o gráfico que o Sr. Deputado há pouco mostrou tem valores muito negativos para as tais perdas potenciais. Eu diria que, no final de dezembro de 2007, o *mark-to-market* dessa operação era de cerca de 18,5 milhões negativos. Portanto, era de 18,5 milhões negativos, e não os valores da ordem de grandeza que aí estão!

Mas a verdade, Sr. Deputado, é que, em cada momento, fizemos aquilo que era possível fazer. Recordo-me de que nessa operação em concreto (já dei nota da outra) foi possível, a dada altura, introduzir um *digicoupon*, no fundo era um fator «desacumulador» da taxa de juro quando a Euribor voltasse a entrar no intervalo definido, que no caso desta operação era entre 2% e 6%. Portanto, isso foi introduzido por solicitação nossa. Era uma prudência adicional? Era! Revelou-se eficaz neste momento? Não! Mas era uma prudência adicional! Faço-me entender?...

Na altura, se calhar, nem valia a pena termos colocado essa opção, porque a probabilidade de as taxas descerem (na subida não seria assim) abaixo dos tais 2% que estavam considerados como barreira inferior era absolutamente remota! Absolutamente remota!! Não obstante, solicitámos e foi introduzida essa cláusula, esse fator de recuperação da taxa, para redução dos encargos com essa operação.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Os senhores levaram quatro anos para desencadearem, por proposta que, depois, nem sequer foi aceite, a renegociação deste contrato?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Paulo Frederico Agostinho Braga Lino: — Não, Sr. Deputado! Não levámos quatro anos para propor a renegociação deste contrato.

Há pouco referi — o Sr. Deputado, porventura, não terá captado, ou eu não fui explícito nesta informação — que em 2008...

Aparte inaudível do Deputado do PCP Bruno Dias.

Não, 2008! Estou a recapitular, de alguma forma, a informação que há pouco prestei.

Em 2008, abordámos o banco no sentido de manifestar alguma preocupação — na altura ainda foi assim, diga-se, em abono da verdade — com o pico das taxas de juro que estava a verificar-se. Como vemos no gráfico, a Euribor estava a aproximar-se perigosamente dos 6% e, portanto, colocámos essa questão ao banco.

Repetindo um pouco aquilo que disse, a informação foi esta: estamos razoavelmente confortáveis com as barreiras, quer com a superior quer com a inferior. Isto aconteceu no final do primeiro semestre de 2008, se a memória não me traição. Já no início de 2009, e fruto da queda brutal e absolutamente imprevisível da Euribor, coloca-se a questão ao contrário e,

portanto, começámos a ficar na situação inversa. No segundo semestre de 2008 começámos a tentar renegociar, reestruturar essa operação.

Como disse há pouco, há uma primeira entidade financeira que apresenta uma proposta e que é aprovada, mas, em seguida, a entidade financeira diz: «Mas não temos condições-limite, linhas, para permitir que essa operação se realize.» — isto em março de 2009. Em abril de 2009 é contratada a reestruturação parcial dessa operação, uma cobertura parcial, como eu disse há pouco, não até à maturidade e não até zero, mas com *floor* na Euribor a 1% e por um ano.

Quando começa a aproximar-se o final dessa tal operação simétrica — e, por isso, há pouco eu dizia que não há registo de grandes interações com o banco até ao 1.º ou 2.º trimestre de 2010 —, só parcialmente de reestruturação, retomámos esse caminho.

Para terminar, respondendo ao Sr. Deputado, não foi em 2011, mas, sim, em 2008 que começámos a trabalhar nesta matéria.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, a minha última pergunta nesta fase tem a ver com a questão das notas técnicas, que tinham aquelas três componentes.

Confesso que não li nenhuma dessas notas técnicas, não as conheço, mas chamou-me a atenção a questão do «em português corrente» para explicitar o processo — foi uma coisa que achei muito interessante. Penso que é interessante genuinamente!... Digo-o sem ironia!... Penso que às vezes até ajuda, a questão está em como é que é escrito! Por isso, sobre aquilo que foi dito há pouco, concordo que isto exige uma responsabilidade e uma capacidade especial.

Queria perguntar-lhe, Sr. Doutor, se quem escrevia esta parte da explicitação e da clarificação do processo, da proposta, era o 1.º Diretor, que referiu há pouco na sua intervenção. Ou seja, penso que eram os dois os principais responsáveis pela feitura destes documentos, com a coordenação do 1.º Diretor, este, sim, com mais conhecimento nesta área. Pergunto-lhe, portanto, se era o 1.º Diretor que fazia essa componente do texto.

Gostaria também de saber se poderá ajudar-nos em relação a este contrato, para percebermos o tipo de abordagem que estava em causa; se quer partilhar alguma parte, mesmo que breve, desse tipo de explicitação para percebermos a abordagem feita a esse tipo de propostas.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Dr. Braga Lino.

O Sr. Dr. Paulo Frederico Agostinho Braga Lino: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, relativamente às notas técnicas, como tive oportunidade de dizer anteriormente, em resposta ao Sr. Deputado João Pinho de Almeida, penso, a primeira versão, o *draft* das notas técnicas era preparado pela equipa técnica que analisava em primeira fase as propostas, mas a versão final do texto naturalmente que era fechada com os responsáveis financeiros, como não podia ser de outra forma, sendo esta também a minha visão — quem coordena as equipas, quem gere as equipas e quem lidera as equipas tem, no limite, de assumir sempre a responsabilidade pela produção final dos documentos. Era essa a forma, o *modus operandi* da preparação destes documentos.

Se calhar não terei sido muito feliz no plebeísmo que usei quando disse «documentos em português», ou «texto em português corrente», mas o que queria dizer era o seguinte: quando fazemos a análise em concreto

dessa operação de janeiro de 2007 de que está a falar; quando fazemos uma primeira análise mais técnica de mercado, quando falamos em *yield curves*, quando falamos em taxas *forwards* e quando dizemos que as propostas têm isto e que constituímos as *shortlist* por exemplo, temos um caso em que há uma exposição ao CMS (Constante Maturity Swap) do euro a 10 anos e isto é, digamos, a versão mais técnica.

Mas, neste caso e uma vez que falou nesta operação (e isto é replicável também para os outros casos, tanto quanto me recordo, porque, de alguma forma, era um preocupação), quando preparamos um quadro-resumo das propostas que estamos a submeter a análise e a decisão dos órgãos de Administração — isto é um exemplo, naturalmente —, a esse quadro anexamos notas em que dizemos, por exemplo, «a proposta é feita contra a Euribor com um *cap* a x », «os valores apresentados assumem que a Euribor se fixa sempre acima de...», ou «o período sem exposição ao risco de mercado», ou «o efeito das estruturas não define um custo máximo»... Portanto, quando digo «pôr em português corrente» é neste sentido, ou seja, podíamos ter a tentação de usar uma linguagem absolutamente técnica e fechada que quem está a ler e quem vai decidir — sem prejuízo de uma dessas pessoas saber, seguramente, mais disto do que nós, mas o raciocínio nunca podia ser esse, obviamente — podia ter a capacidade de ler e perceber o que ali está, sem prejuízo da tal análise técnica que era feita.

Sr. Presidente, deixe-me dar uma nota relativamente ao seguinte, Sr. Deputado, também: a Metro do Porto é apontada, segundo julgo saber e penso que no bom sentido, por ter uma preocupação quase exacerbada com a produção de informação, interna, designadamente. Contrariamente ao que, porventura, se possa julgar, todos os processos de decisão na Metro do Porto estão sujeitos a muito trabalho de base, necessariamente, mas mais ou

tanto quanto o trabalho de base, à submissão à Administração da empresa de documentos que estejam verdadeiramente completos.

Sem prejuízo de fazermos a apresentação, sempre, à empresa de todas — no caso das propostas de financiamento ou no caso das propostas derivado, das quais estamos a falar mais «focadamente» — e sem prejuízo de fazermos a submissão à Administração da empresa de todas as propostas que eram efetivamente submetidas para decisão, todas: procurávamos que os documentos e todas as propostas que eram produzidos tivessem um equilíbrio entre a extensão e a síntese, ou seja, queríamos que elas fossem tão extensas quanto possível, por forma a serem tão claras quanto o que gostaríamos que nos apresentassem a nós, se estivéssemos naquele lugar; mas também tão sintéticas que não corrêsemos o risco de dizer ou que fosse dito «isto é absolutamente intragável, vocês apresentam aqui uma nota com 200 páginas que ninguém consegue ler e, portanto, para tomar uma decisão ou não se toma, ou se toma de cruz, ou se rejeita». Acho que a questão é um pouco esta.

Sr. Deputado, tenho um exemplo do que era apresentado à Administração da Metro do Porto. Claro que este é um exemplo pesado. Este documento (que tenho na mão) tem 680 páginas. Obviamente que a parte verdadeiramente relevante tem 18 ou 19 páginas (relevante no sentido de explicação e de apresentação das propostas), e isto para dizer o seguinte: procurávamos, até para memória futura, que toda a informação constasse das decisões, como é evidente. Obviamente, não esperávamos que a Administração da empresa fosse ler os anexos e as propostas todas, mau seria, pois significava que estava a fazer o nosso trabalho. Mas procurávamos, de facto, fazer isto e somos apontados, repito, pela positiva, como uma empresa que tem tudo muitíssimo documentado. Acho que é bom que assim seja e foi sempre essa a política da empresa e não é,

seguramente, da minha responsabilidade, mas é uma política da empresa e que é transversal a todos os departamentos e a todos os níveis hierárquicos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos passar à segunda ronda, que é a mais curta, como sabemos.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.^a Mariana Mortágua (BE): — Sr. Dr. Braga Lino, gostaria de me debruçar um pouco sobre os *swaps* que contratou e, obviamente, que ouvi o que disse relativamente a outras perguntas sobre a mesma matéria, mas, no entanto, não me parece que esgotem o assunto.

Já se falou aqui da pressão da banca. Foi também falado que a Metro do Porto é uma exceção — uma exceção não, mas é um dos casos em que os empréstimos feitos tinham contratos *swap* associados e isso vinha no próprio contrato do empréstimo e, portanto, era claro. Eu queria que me confirmasse ou não, que em muitos casos a contratação de *swaps* era uma imposição dos bancos, que foi o que nos foi dito aqui e que foi possível ler em algum dos casos.

Começo por lhe perguntar qual o objetivo da contratação de *swaps* da Metro do Porto: se eles tinham o objetivo de minimizar potenciais riscos associados a taxa de juro; se tinham como objetivo obter ganhos financeiros; se tinham como objetivo servir como financiamento alternativo, na medida em que as taxas a pagar no início eram sempre muito baixas, havia um fluxo de *cash-flows* de que a Metro do Porto iria beneficiar nos primeiros anos, tendo como contrapartida pagamentos mais altos no futuro. Portanto, pretendo perceber quais eram, de facto, os objetivos de contratação — primeira pergunta.

A segunda pergunta: podemos analisar a carteira de derivados da Metro do Porto, ela é dada como um dos exemplos de *swaps* mais prejudiciais, mais complexos... Não vou entrar aqui em considerações sobre se eram tóxicos ou não, estou a falar-lhe de conceitos claros — eram dos mais complexos e dos que mais prejuízos deram!

Outras empresas que tinham muito endividamento público não tinham este tipo de contratos, não tinham contratos complexos desta forma, nem com potenciais prejuízos deste nível.

Portanto, a minha pergunta é se, nos momentos da negociação, nunca foi tentada a contratação de estruturas mais simples, se, em vez de um *snowball*, nunca se tentou ter um *plain vanilla*; ou se em vez de um *snowball* sem teto e sem *floor*, sem limites máximos ou mínimos às perdas, nunca se tentou ter estruturas com limites às perdas.

Sei que já aqui foi citada uma nota técnica elaborada pelo Sr. Dr. Braga Lino relativamente à contratação de um destes *swaps* — obviamente que há coisas que são ditas em contexto e há coisas ditas fora de contexto, mas o que está aqui dito claramente é que a não existência de um *cap*, ou seja, a não existência de um limite máximo às perdas é um problema mais teórico do que prático, na medida em que é possível reestruturar as operações contratadas...

O Sr. Presidente: — Queira concluir, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Mariana Mortágua (BE): — E concluo, Sr. Presidente.

Dizia eu que a não existência de um *cap*, ou a sua existência, não é uma questão teórica, mas uma questão de precaução. Exatamente porque alguma coisa pode correr mal, é que convém limitar as perdas, que é para não acabarmos com *swaps* como o do Santander, que é referenciado como

um dos mais especulativos, a pagar taxas de 26,6%, com uma taxa que, inicialmente, era de 1,76% e que depois sobe até 26,6%. Era um *snowball* em que se algum dia algo corresse mal, nunca mais ia parar, porque não tinha *cap*.

O Sr. Presidente: — Sr.^a Deputada, agora precisamos de pôr-lhe um *cap*...

Risos.

A Sr.^a Mariana Mortágua (BE): — Então, pondo um *cap* na minha intervenção, termino perguntando se acha que esta é uma gestão prudente, a de não ter limites ao prejuízo, no caso de algo correr mal e se acha que contratar *swaps* que não dependem da taxa de juro, mas que dependem de índices proprietários de bancos, é uma forma de proteger risco. Já agora pergunto-lhe ainda se me sabe dizer como se calculam esses índices proprietários de bancos, aos quais estão indexados os *swaps* que contratou.

O Sr. Presidente: — Sr. Dr. Braga Lino, faça favor.

O Sr. Dr. Paulo Braga Lino: — Sr.^a Deputada, vou tentar responder a todas as questões. Se falhar alguma, fará o favor de me dizer, pois poderei não ter anotado tudo.

Relativamente à questão do que designou por «financiamento alternativo» — expressão que não conheço, mas julgo que percebi do que estava a falar... Estava a falar de «taxas baixas no início» — julgo que foi a expressão que utilizou... —, o que fazia parte da estrutura. Portanto a estrutura, ou as estruturas — independentemente da estrutura que fosse —,

estava desenhada de uma determinada forma... Portanto, fazia parte naturalmente da estrutura e estamos a falar de algumas estruturas com a maturidade de 20 anos... Portanto, era assim que a estrutura estava desenhada. Não estávamos a falar de ter ganhos no início e de ter perdas no final... Não! Era da forma como a estrutura estava desenhada.

Aliás, faço aqui uma referência, que ainda não fiz anteriormente, a essa operação que tanto tem sido falada do Banco Santander. Trata-se de uma estrutura *amortizing* e, portanto, o aumento da taxa, sem prejuízo de ser uma taxa elevadíssima, tem um nominal, um *notional*, se quisermos, progressivamente menor, mas não deixa de ser uma taxa muitíssimo elevada, sem dúvida alguma.

Relativamente à questão que coloca sobre o objetivo da contratação das operações de derivados, temos de separar aqui, um pouco, as coisas. E quero com isto dizer o seguinte: considerando que celebrávamos contratos de derivados (excluindo as reestruturações, repito) exclusivamente em situações em que tínhamos financiamento assegurado pelo banco que fazia o derivado — exclusivamente nessas situações, repito —, o *swap* funcionava (e já irei à outra questão que colocou), por um lado, como forma de redução e de mitigação de risco (no nosso modesto entendimento e, repito, no momento de mercado no qual nos inseríamos, em que estávamos e face à análise que fazíamos) e funcionava como forma de reduzir encargos financeiros que tinham um peso já muito grande (conforme, há pouco, fiz referência ao Sr. Deputado Bruno Dias; a Sr.^a Deputada não estava presente, mas fiz referência a isso na resposta a uma pergunta que o Sr. Deputado Bruno Dias me colocou), já tinham um peso muito significativo.

Portanto, a gestão da carteira dívida que era feita também tinha, necessariamente, de apontar para uma tentativa de redução dos encargos financeiros por desperdícios de recursos, bem entendido.

Estamos a falar de uma gestão global de carteira e não da operação *a*, *b*, ou *c*. Rejeito liminarmente que tenhamos feito *swaps* especulativos! Nós não fazemos! E eu há pouco disse isso (não sei se a Sr.^a Deputada estava na sala), mas nós não fizemos qualquer espécie de especulação, qualquer espécie de aposta ou qualquer espécie de jogada nestas operações! Fizemos aquilo que nos parecia, ou que pareceu, mais razoável.

Relativamente aos índices proprietários de que fala, naturalmente que compreendo quando faz referência à questão da limitação na avaliação dos índices proprietários — é verdade —, sendo certo que nós não contratávamos índices com *commodities*, com câmbios... Não! Nós contratámos taxas de juro que, pese embora serem índices proprietários, eram índices cotados em mercado e sujeitos a regulação ou, se quiser, sujeitos a fiscalização.

Os indexantes que estavam inseridos nesses mesmos índices eram monitorizáveis e, portanto, fazíamos interação com os bancos quando os índices não «performavam» da forma que espectável que «performassem» e qual a razão para isso acontecer, como é evidente.

Penso que ficou uma questão por tratar — e dir-me-á, Sr. Presidente, se a Sr.^a Deputada me pode dizer — que tinha a ver com a questão das exigências de *swaps*. Julgo que pôs essa questão...

O Sr. Presidente: — Repita a questão, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Mariana Mortágua (BE): — Sr. Presidente, era a primeira pergunta... É sobre se a concessão de créditos e empréstimos por parte dos bancos estava condicionada à contratação de *swaps*.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Paulo Frederico Agostinho Braga Lino: — Sr.^a Deputada, se me permite, dava nota aqui de três ou quatro exemplos que recolhi de situações dessas. De um deles, de resto, já falei quando respondi a um outro Sr. Deputado, a propósito de uma proposta de financiamento do Banco Comercial Português, em janeiro de 2007, em que a própria proposta, a ficha técnica, nas condições, dizia «outras condições» e uma delas era: «cobertura de risco de taxa de juro a ser celebrado com o Millennium BCP em termos e condições a definir». Esta era uma proposta, que foi negociada e conseguiu-se que o financiamento fosse realizado sem celebração do contrato de derivado. E foi celebrada – e estamos a falar de janeiro de 2007.

Uma outra proposta que aqui tenho é uma proposta de financiamento que foi celebrada com o Depfa Bank. O derivado, uma parte com o Depfa Bank e outra parte com o Banco Santander, porque era um *co-arranger* da proposta de financiamento... Repito, os *co-arrangers* foram o Banco Santander de Negócios e o Depfa Bank... E esta proposta diz: «Cobertura de taxa de juro. A Metro do Porto deverá celebrar com os *co-arrangers* estrutura ou estruturas de cobertura de taxa de juro para o financiamento em condições a acordar entre as partes» — julho de 2007. Este financiamento e este derivado foram contratados.

Quanto a uma outra proposta, de junho de 2008, não foi contratado este financiamento, em que o *arranger* era o Banco Santander de Negócios

de Portugal. Não estava ainda identificado quem poderia ser o financiador. «Cobertura de taxa de juro. A Metro do Porto deverá celebrar com o *arranger* estrutura ou estruturas de cobertura de taxa de juro para o financiamento em condições a acordar entre as partes» — junho de 2008.

E, finalmente, em julho de 2008 — e quando fazemos a apresentação de propostas finais de financiamento, que depois deram origem à contratação de, salvo erro, duas operações, quando fazemos a análise, fazemos um enquadramento e depois apresentamos as propostas, temos uma coluna num quadro em que tínhamos uma indicação sobre se havia ou não a necessidade de celebrar derivado, e temos...

Antes, em 27 de junho, é feita uma nota sobre a qual esta de julho depois trabalha, porque eram as propostas finais — e quando fazemos a apresentação das necessidades de financiamento até dezembro de 2008 (isto em junho de 2008), as necessidades eram de 216 milhões de euros.

Na altura, consultámos, contactámos 13 instituições financeiras, recebemos propostas de nove proponentes. Nessa mesma nota dizemos que tínhamos sinalizado como fator de diferenciação das propostas a inclusão de uma opção de saída, a tal *early redemption option*, que eu já tinha referido relativamente a uma outra proposta, por uma questão de flexibilidade, na preparação da segunda fase de financiamento da empresa. E das 14 propostas que recebemos, 12 eram com derivados e 2 sem derivados, sendo que as duas que recebemos sem derivados tinham uma maturidade, a que eu chamaria «maturidade intercalar»... Estávamos a falar de propostas de financiamento muitíssimo mais pequenas do que as outras e largamente insuficientes, por um lado, e, por outro lado, a 3 anos, que não tinham qualquer aderência à realidade, ao investimento e às características da carteira de dívida e das necessidades que tínhamos na Metro do Porto.

Repito, de 14 propostas recebidas, 12 tinham obrigação de celebração de derivado.

Espero ter respondido à questão que colocou, Sr.^a Deputada.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Adão Silva.

O Sr. Adão Silva (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Braga Lino, neste momento em que estamos quase a encerrar esta nossa reunião, devo começar por dizer-lhe que a sua presença hoje aqui, as explicações, a abundante documentação e a forma como a tratou desmentem categoricamente aquela sua afirmação de que o senhor nunca soube nada de *swaps* e não sabe nada de *swaps*...! O senhor sabe, de facto, aquilo que se esperava que soubesse sobre uma matéria tão delicada como esta. Esta é uma primeira nota que aqui lhe deixamos.

Por isso mesmo, vou fazer, primeiro, uma consideração e, depois, uma pergunta. O senhor referiu que, em certo momento, o Estado, isto é, o Governo não apoiava a Metro do Porto e que, de alguma maneira, a Metro do Porto sentia-se «empurrada» para recorrer a mecanismos de empréstimos com *swaps* associados.

O que não entendemos — e era sobre isso que eu gostava que nos desse uma explicação — é o seguinte: não entendemos porque é que, em vez de recorrerem a um mecanismo mais fácil, menos complexo e de menor risco, há aqui uma tendência sistémica por parte da Metro do Porto para contratarem *swaps*, que são de grande complexidade e de grande risco, nomeadamente vários *snowballs*, *snowballs* estes sem *cap*, sem teto, o que dá como resultado que alguns deles tenham uma relação muito negativa entre o que era o valor original e o que são as perdas potenciais. E já aqui se falou abundantemente do tal *swap* de 2007, em que de um valor

originário de menos 90 milhões de euros se atinge, no final de 2012, uma perda potencial de mais de 500 milhões de euros!...

E há outros similares... Por exemplo, um outro de 2008, em que um empréstimo de cerca de 120 milhões de euros tem uma perda potencial da ordem dos 100 milhões de euros.

E nós gostaríamos de perceber qual foi a razão para optarem por este tipo de produto, com este risco, com este desafio, com esta complexidade e com estas perdas que atualmente se registam.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Paulo Frederico Agostinho Braga Lino: — Sr. Deputado, deixe-me começar por comentar a afirmação que fez no início e que não era propriamente uma pergunta mas um comentário, o de que a minha atuação desmente a afirmação que fiz de que nada sei. Talvez por o Sr. Deputado se ter ausentado da sala não tenha ouvido as explicações que dei ao longo da audição...

De facto, expliquei abundantemente qual a minha participação e que, do ponto de vista de contexto, naturalmente, sei tudo, não posso dizer... Aliás, julgo que foi a Sr.^a Deputada Ana Catarina Mendonça que fez uma referência a isso — já não sei a expressão que utilizou...-, ah, sim, foi sobre o meu conhecimento dos *dossiers*...

O Sr. Adão Silva (PSD): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador.)*

O Sr. Dr. Paulo Frederico Agostinho Braga Lino: — Mas, ao longo da audição, fui falando sobre esta temática.

Mas essa é a conclusão que o Sr. Deputado tira, foi o entendimento que teve e que tenho de respeitar, posso é concordar com ele, ou não.

Quanto à questão de os mecanismos serem complexos, o Sr. Deputado fala em complexidade e risco, e é preciso perceber que complexidade pode nada ter a ver com risco!

Também não sei qual é o grau de conhecimento do Sr. Deputado sobre estas matérias, mas digo-lhe que complexidade pode nada ter a ver com risco.

Portanto, o facto de um *swap* ser complexo não significa que esse *swap* seja arriscado, e o contrário também é verdadeiro! É que risco normalmente está associado a preço, Sr. Deputado, não está associado a complexidade!!

O Sr. Adão Silva (PSD): — Eu sei...

O Sr. Dr. Paulo Frederico Agostinho Braga Lino: — Então, se sabe, devia dizê-lo, Sr. Deputado! Não devia dizer só metade das coisas — permita-me que lhe diga a coisa desta forma!...

Relativamente à questão dos *snowball*, é curioso que o Sr. Deputado fale do contrato de janeiro de 2007 e das perdas potenciais (diz, e muito bem, e eu estou de acordo consigo quando fala em perdas potenciais), mas que não se refira a outro *snowball*, celebrado em julho ou agosto de 2007, do qual também tive oportunidade de falar (se calhar, quando o Sr. Deputado não se encontrava na sala) e que, neste momento, tem uma taxa líquida de 1,5%. Eu quase teria a tentação (mas não quero inverter a audição) de perguntar-lhe se acha que essa taxa é boa ou não (mas não o faço, naturalmente)...!

O Sr. Adão Silva (PSD): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador.)*

O Sr. Dr. Paulo Frederico Agostinho Braga Lino: — Eu explico! Eu explico!...

Mas é preciso perceber o contexto e o momento de mercado e é preciso compreender que se está a gerir uma carteira de dívida e que não se está a gerir aquela operação em concreto.

É porque, quando o Sr. Deputado fala em mecanismos mais fáceis (penso que foi a expressão que o Sr. Deputado usou) e com menor risco, julgo que estará a falar em *plains vanilla* ou algo similar. É porque se assim for, Sr. Deputado...

O Sr. Adão Silva (PSD): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador.)*

O Sr. Dr. Paulo Frederico Agostinho Braga Lino: — Eu não sei nada, Sr. Deputado!... A única coisa que eu sei é que estou a tentar perceber aquilo que o Sr. Deputado quer perceber ou a pergunta que o Sr. Deputado fez!!

É porque aqui o Sr. Deputado fez apenas a pergunta: «Porque não mecanismos mais fáceis?», mas não explicitou o que é que isso era!!

Portanto, procurando compreender aquilo que o Sr. Deputado diz, eu diria que, se calhar, se essa tivesse sido a decisão, hoje estávamos a discutir porque é que tinham sido fixadas as taxas, que, se calhar, tinha sido uma má decisão...! Aliás, isso um bocadinho na linha daquilo que fez o Tribunal de Contas, em 2006, quando veio dizer: «Foi uma má opção fixar

uma taxa de 4,76%, em 2003». E dizia: «Diligenciem no sentido de rever esta fixação de taxa».

Portanto, hoje, se calhar, estaríamos aqui a discutir porque é que as taxas tinham sido fixadas... Não sei se esses «mecanismos mais fáceis» de que o Sr. Deputado fala serão isto, não sei... Se calhar, percebi mal.

Agora, como digo, em cada momento, temos uma carteira de dívida para gerir e em cada momento e com base na informação de que dispomos, tomamos decisões, ou, bem entendido, a empresa toma decisões.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Catarina Mendonça.

A Sr.^a Ana Catarina Mendonça (PS): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, para terminar, eu queria agradecer os esclarecimentos que já prestou e queria, aliás, pegar numa questão que o Sr. Doutor aqui referiu há pouco, ao dizer que era impossível prever, quando se contrataram os *swaps*, que as taxas de juro descessem aos níveis a que desceram.

Há um acórdão recente do Supremo Tribunal de Justiça sobre um contrato *swap* com uma instituição bancária, que diz: «A situação que se desencadeou a partir de setembro de 2008 foi uma situação excecional, completamente anormal no sistema financeiro, que agravou de forma profunda a situação de desequilíbrio das prestações, de tal modo que a sua manutenção feriria os princípios da boa fé a dever manter-se a celebração dos contratos».

Significa isto, Sr. Doutor, que, de facto, como aqui evidenciou ao longo da tarde, tinha conhecimento porque era diretor financeiro, e, se não, não teria regressado à Metro do Porto, apesar de lhe terem retirado a parte

financeira e de estar hoje como diretor administrativo, se eu não estiver enganada...

Mas quando sai do Governo, regressa à Metro do Porto, e eu queria também regressar à Metro do Porto para lhe perguntar, muito especificamente, sobre o *swap* contratado em janeiro de 2007, como era composto o Conselho de Administração da Metro do Porto. Quem decidia e quem negociava?

Por outro lado, foi dito aqui por colegas seus da Metro do Porto que, quando o Conselho de Administração ou a Comissão Executiva tinha dificuldades em compreender o tipo de operação que estava em causa, chamava o diretor financeiro para explicar, em sede de conselho de administração, todos os pormenores. Eu queria saber se isto corresponde ou não à verdade.

E quero perguntar-lhe se pode precisar que o plano de investimentos da Metro do Porto foi decidido com a empresa maioritariamente dominada pelas autarquias, presumo eu, o que levou a um endividamento bastante descontrolado e também a uma necessidade de um controlo maioritário pelo Estado, a partir de 2008. Pode confirmar que é assim, ou não? E obviamente isto decorre também de percebermos como era composto esse Conselho de Administração.

Coloco-lhe uma última pergunta, porque esta Comissão de Inquérito foi criada sob a suspeita de um padrão de comportamento do Partido Socialista e do Governo do Partido Socialista. Por isso mesmo, o que lhe pergunto é se concorda com o seu ex-colega de Governo, também agora ex-membro do Governo, Vítor Gaspar, quando afirmou que a questão dos *swaps* serviria para o então Governo do PS «maquilhar as contas públicas».

Peço-lhe também um comentário a esta afirmação.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Paulo Frederico Agostinho Braga Lino: — Sr.^a Deputada, digo-lhe exatamente o mesmo que disse há pouco à Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, ou seja, como a Sr.^a Deputada colocou uma série de questões, peço-lhe que, se, por acaso, me falhar alguma, faça o favor de me recordar.

Quanto à questão da previsão do impossível (não foi assim que a Sr.^a Deputada disse, mas foi como anotei), de facto, não prevíamos o impossível e, portanto, não conseguimos, se calhar não fomos suficientemente competentes para prever o inimaginável e o impensável. De facto, não!

Quanto ao acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, não sei se havia alguma questão em concreto...

A Sr.^a Ana Catarina Mendonça (PS): — Não, Sr. Doutor; era apenas para enquadrar...

O Sr. Dr. Paulo Frederico Agostinho Braga Lino: — Ah, era um enquadramento, muito bem!

Da mesma forma, penso que a referência ao meu regresso à Metro do Porto também era só um enquadramento, mas posso dizer-lhe que regressei à Metro do Porto, ao meu lugar de origem, com as alterações que a Sr.^a Deputada fez o favor de referir.

Relativamente à questão das decisões de investimento e dos momentos para essas decisões, posso dizer-lhe que estou, agora, a falar de cabeça, pois não vinha preparado para esse tipo de perguntas, não obstante eu ter sido durante muito tempo *controller* da Metro nessa fase até de maior investimento e de celebração de contratos de investimento. Portanto, não

tenho todas as datas de cabeça, como todos compreenderão.

Todavia, posso dizer-lhe que o primeiro contrato da Metro do Porto foi celebrado em dezembro de 1998, contrato esse que, depois, sofreu uma série de aditamentos, o último dos quais — e não estou absolutamente seguro do que estou a dizer —, julgo, já é posterior a 2008. Não estou absolutamente seguro desta data, mas é o que se refere à linha de Gondomar.

De facto, não tenho as datas de cabeça e, como digo, quando não tenho as datas de cabeça não faço afirmações que não possa suportar, mas, naturalmente, depois, poderei fazer-lhe chegar, se a Sr.^a Deputada entender necessário, sem nenhuma dificuldade como imaginará, um quadro com os contratos, as linhas e as datas de celebração dos contratos, se o Sr. Presidente entender como relevante.

Portanto, a Metro do Porto tem uma determinada estrutura acionista até 2008, em que a Área Metropolitana do Porto detinha *grosso modo*, 60% do capital, havendo uma pequena diferença, porque as câmaras por onde o Metro passava tinham uma ação cada uma e, portanto, não é exatamente 60% é 59,99...%, e o Estado detinha, por várias vias, os restantes 40%, através dos STCP, dos STP, da Direção-Geral do Tesouro diretamente, etc.

Em 2008, essa estrutura acionista foi alterada e foi invertida essa posição, sendo que a Área Metropolitana do Porto ficou com 40% e o Estado passou a deter 60%, sendo que, nesse mesmo momento, como disse na minha intervenção inicial, o presidente do Conselho de Administração passou a ser executivo, ou seja, houve acumulação do cargo de presidente do Conselho de Administração com o de presidente da Comissão Executiva, passou a haver Conselho Fiscal e, enfim, houve aqui algumas alterações que resultaram dessa mesma alteração da estrutura acionista e as participações eram estas.

Quanto à questão que colocou sobre se eu queria comentar, digo-lhe que eu não quero fazer comentários sobre afirmações que colegas meus de Governo, ou hoje membros do Governo, ou outros responsáveis políticos façam ou tenham feito e sigo, exatamente, a mesma linha que segui há pouco quando me colocaram uma questão de idêntica natureza, dizendo, de novo, que não quero fazer quaisquer considerações dessa natureza e de ordem política, e peço que compreendam.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Ana Catarina Mendonça Mendes (PS): — Sr. Doutor, peço desculpa, mas não respondeu à questão de saber qual era a composição do Conselho de Administração à época da contratação do *swap* de janeiro de 2007.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos fazer uma pequena pausa para que o Sr. Doutor possa encontrar o documento.

A Sr.^a Ana Catarina Mendonça Mendes (PS): — Sr. Presidente, entretanto, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Ana Catarina Mendonça Mendes (PS): — Sr. Presidente, uma vez que o Dr. Braga Lino não quis comentar a minha pergunta sobre o porquê da origem desta Comissão de Inquérito e sobre o padrão de comportamento que supostamente o Governo do Partido Socialista teria, eu queria dizer que quando eu lhe perguntei se o concordava ou não com a

afirmação do ex-Ministro sobre o facto de as *swaps* servirem para o então Governo do PS «maquilhar as contas», recorde-lhe que o Sr. Doutor já respondeu numa entrevista, onde diz: «A partir de 2007 foi prestada informação nos seus relatórios sobre estas operações e a partir de 2010 foram mesmo relevados nas contas os impactos que estas operações poderiam ter.

Portanto, transparência total na apresentação das contas e relevação dos valores destas operações».

O Sr. Presidente: — Sr.^a Deputada, eu só não fiquei a perceber qual o sentido útil dessa interpelação à Mesa...

A Sr.^a Ana Catarina Mendonça Mendes (PS): — Sr. Presidente, é que isto é importante.

O Sr. Presidente: — Bom, o Sr. Dr. Braga Lino já identificou o documento que queria consultar e, por isso, dou-lhe a palavra, pedindo a atenção dos Srs. Deputados para a resposta.

O Sr. Dr. Paulo Frederico Agostinho Braga Lino: — Sr. Presidente, se me permite, uma vez que a Sr.^a Deputada fez referência a uma entrevista que eu terei dado — e que dei, com certeza —, sobre esta temática, quero voltar a dizer que não faço comentários sobre afirmações de responsáveis políticos, muito menos em sede desta audição, mas o que disse mantenho.

E mantenho não no comentário àquilo que alguém disse, pois não faço qualquer comentário sobre esta matéria, mas no caso concreto — e agradeço o comentário do Sr. Deputado Afonso Oliveira que fez um comentário lateral sobre esta matéria — da Metro do Porto direi que jamais

os instrumentos de gestão de risco financeiro serviam ou poderiam ter servido para maquilhar o que quer que fosse!... Nós pretendemos tão-só gerir o risco de taxa de juro, como eu disse anteriormente, e, tanto quanto possível, reduzir encargos financeiros. Esse foi o nosso objetivo.

Relativamente à questão que a Sr.^a Deputada colocou sobre aquele contrato em concreto não tenho aqui a informação sobre a composição de todo o Conselho de Administração, mas posso dizer-lhe que este derivado foi aprovado na Comissão Executiva pelo seu presidente, Prof. Manuel de Oliveira Marques, pelo Sr. Eng.º Juvenal da Silva Peneda e, por uma pessoa que já faleceu, o Sr. Eng.º José Manuel Duarte Vieira.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, creio que podemos dar por encerrados os nossos trabalhos, agradecendo a disponibilidade do Dr. Braga Lino...

O Sr. Dr. Paulo Frederico Agostinho Braga Lino: — Sr. Presidente, se me permite...

O Sr. Presidente: — Com certeza, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Paulo Frederico Agostinho Braga Lino: — Sr. Presidente, apenas para dar nota do seguinte: primeiro, foi com a maior disponibilidade que aqui estive, com o maior interesse que aqui vim e espero poder ter contribuído, de alguma forma, para clarificar a minha participação nestes processos.

Segundo, porque me parece que nesta Comissão de Inquérito tem sido recorrente e reiteradamente dito — e os Srs. Deputados dir-me-ão se não foi assim — que as empresas públicas, no caso concreto a Metro do

Porto, não divulgavam informação relacionada com os *swaps*, o Sr. Presidente permita-me que faça referência a uma audição da contraparte na operação de *swap* que foi confrontada com essa questão e que disse que não tinha informação disponível. Sobre isso eu quero dizer que a Metro do Porto, repito, desde 2008 que releva e que indica no seu relatório e contas as perdas potenciais que os *swaps* contratados podem causar.

E, se o Sr. Presidente me permitir, eu trouxe e faço questão de entregar — e deixarei isto à consideração do Sr. Presidente — os relatórios da Metro do Porto de 2007 a 2012, porque o de 2007 já tem a referência do Revisor Oficial de Contas, bem como as páginas que, desde 2003, fazem referência aos *swaps* e aos *mark-to-market*, porque acho que é relevante para informação da Comissão de Inquérito que esta informação possa constar para que essa dúvida fique dissipada.

Muito obrigado a todos.

O Sr. Presidente: — Sr. Doutor, está entregue.

Antes, então, de terminarmos a nossa reunião, peço aos Srs. Coordenadores o favor de ficarem mais um pouco na sala.

Eram 18 horas e 57 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.